



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO SERVIÇO SOCIAL

Moniele Ribeiro

Extrema-direita no Brasil: apontamentos sócio históricos

Florianópolis

2024

Moniele Ribeiro

Extrema-direita no Brasil: apontamentos sócio-históricos

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Regina de Ávila Moreira

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Ribeiro, Moniele

Extrema-direita no Brasil: apontamentos sócio-históricos
/ Moniele Ribeiro ; orientador, Maria Regina de Ávila,
2024.

57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,
2024.

Inclui referências.

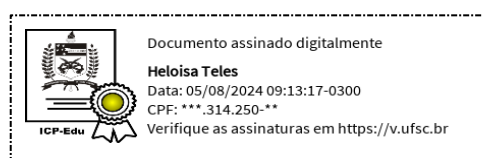
1. Serviço Social. 2. extrema-direita. 3. bolsonarismo.
4. ultraneoliberalismo. I. Ávila, Maria Regina de . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço
Social. III. Título.

Moniele Ribeiro

Extrema-direita no Brasil: apontamentos sócio históricos

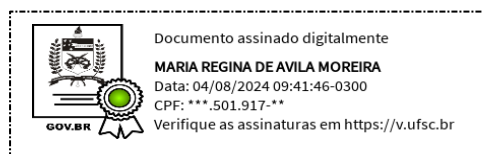
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de serviço social

Local Florianópolis, 02 de agosto de 2024.

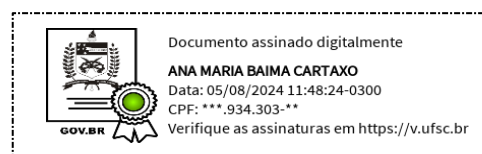


Coordenadora do Curso de Serviço Social

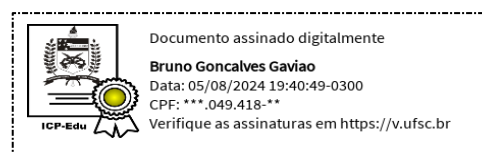
Banca examinadora



Prof.(a) Dra. Maria Regina de Ávila
Orientadora – Depto. Serviço Social UFSC



Prof.(a) Dr.(a) Ana Maria Baima Cartaxo
Instituição Depto. Serviço Social UFSC



Assistente Social Bruno Gonçalves Gavião
Instituição UFSC

Florianópolis, 2024.

Ao Noah Krauß, meu filho.
E aos que “caminham” sempre à esquerda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Rosa Pereira e Lourival de Souza (*in memoriam*), pois, sem o amor e cuidado prestado, não teria sido possível sonhar, e menos ainda ingressar em uma universidade pública. Segundamente, aos que, mais que amigos, tornaram-se família durante essa longa trajetória. A estes que acreditaram em minhas potencialidades e não me deixaram desistir. Todas e todos, que sem exceções, me acolheram desde minha chegada em Florianópolis, e que veementemente me ensinaram o verdadeiro significado da palavra família: Luciana, Marielli, Bruno, Guilherme e Ricardo. Agradeço a todos os professores que se apresentaram em minha jornada e com maestria compartilharam seus saberes. Em especial, a minha orientadora, Maria Regina, que para além de todo seu conhecimento, técnica e rigor metodológico, transmitiu toda a sua humanidade. Agradeço ao meu companheiro de vida Marek Krauß, e ao meu filho Noah, que simbolizam a razão maior da conclusão desse processo.

[...]é muito mais espesso o sangue de um homem do que o sonho de um homem. Cabral de Melo Neto, João. "O Cão sem Plumas".

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se propõe a trazer elementos sócio-históricos do processo de ascensão da extrema direita no Brasil, como repercussão da escalada ultraneoliberal, especialmente a partir de 2016 e da chegada ao governo de Jair Messias Bolsonaro. O tema mostra-se relevante para os desafios estratégicos em defesa da democracia e liberdade, além de se constituir como central ao Serviço Social tendo em vista a construção do Projeto ético político profissional. Para tanto, o processo metodológico da investigação foi essencialmente bibliográfico a partir de autora(e)s que se dedicam a aprofundar o tema, bem como documental em notícias midiáticas que viabilizassem o conteúdo abordado. Tendo como pressuposto a historicidade e as contradições inerentes à sociabilidade do capital, demonstra-se que enquanto existir capitalismo, existirão violências em todas as suas formas de expressão, formas de fascismo ou a iminência dele. Portanto, não existe uma única causa pela conjuntura de ascensão bolsonarista no Brasil, mas sim um conjunto delas, que decorre dos remanescentes do marco do integralismo, da ditadura empresarial militar, assim como do golpe de 2016. Em resposta ao cenário de crise, aponta a necessidade de construção de uma frente unida contra o extremismo que esteja inclinada a radicalizar a luta.

Palavras-chave: extrema-direita; bolsonarismo; ultraneoliberalismo; Brasil.

ABSTRACT

This course completion work proposes to bring socio-historical elements of the process of ascension of the extreme right in Brazil, as a repercussion of the ultra-neoliberal escalation, especially from 2016 and the arrival in the government of Jair Messias Bolsonaro. The theme is relevant to the strategic challenges in defense of democracy and freedom, in addition to being central to Social Work in view of the construction of the professional political ethical project. To this end, the methodological process of the investigation was essentially bibliographic from author(s) who are dedicated to deepening the theme, as well as documentary in media news that would make the content addressed viable. Based on the assumption of historicity and the contradictions inherent to the sociability of capital, it is demonstrated that as long as capitalism exists, there will be violence in all its forms of expression, forms of fascism or the imminence of it. Therefore, there is not a single cause for the conjuncture of Bolsonaro's rise in Brazil, but rather a set of them, which stems from the remnants of the framework of integralism, the military business dictatorship, as well as the 2016 coup. In response to the crisis scenario, he points out the need to build a united front against extremism that is inclined to radicalize the struggle.

Keywords: extreme right; Bolsonarism; ultra-neoliberalism; Brazil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Ação Francesa (Action Française)
AFD	Alternativa para a Alemanha
AIB	Ação Integralista Brasileira
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
COVID	Coronavírus
IL	Integralismo Lusitano
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.
LN	Liga Nacional
FN	Frente Nacional
PRP	Partido de Representação Popular
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UDC	União Democrática do Centro (Partido Popular Suíço)

SUMÁRIO

1	Error! Bookmark not defined.	13
2	CONJUNTURA DE ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA	17
2.1	GOLPE DE 2016	18
2.2	O MITO JAIR BOLSONARO	22
2.3	DIREITA E APONTAMENTOS SOBRE A EXTREMA DIREITA	28
3	FASCISMOS À BRASILEIRA: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA	35
3.1	AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA	38
3.2	BOLSONARISMO OU NEOFASCISMO?	42
3.3	A INCISIVA NEOFASCISTA E ULTRANEOLIBERAL	44
4	APONTAMENTOS E CONCLUSÕES	48
	REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

A presente monografia pretende investigar a ascensão da extrema-direita bolsonarista, considerada de cunho fascista, a partir do resgate dos principais eventos históricos coadunados a esse processo, e examinar as particularidades que decorreram desse cenário de crise política e democrática que se instaurou no Brasil.

No cenário político internacional o mundo tem se deparado com o ressurgimento de forças políticas extremistas e ultraconservadoras do espectro direitista, das mais variadas matizes. Embora estivessem quase esquecidas, alguns fatos atuais apontam para uma reascensão no contexto do capitalismo em sua fase ultraneoliberal.

No âmbito acadêmico, podem ser comumente categorizadas de novas direitas, extrema direita, ultradireitas, direita radical ou ultraradical, entre tantas outras terminologias que buscam descrever o conteúdo diverso dessas forças que estão se reconfigurando no cenário político e social. Ao longo da história, ao ascenderem ao “poder”, empregaram políticas discriminatórias, intolerantes e violentas, que transcenderam o campo das ideias e promoveram autoritarismo, nacionalismo, ao mesmo tempo em que dizimaram e massacraram povos.

No entanto, em detrimento de uma racionalidade ética dos grupos e movimentos que se opuseram a elas, por muito tempo encontraram no contexto social uma forte resistência à aceitação de suas ideias, valores, e práticas. Todavia, este cenário vem se alterando, e parte de suas ideologias passaram a se expandir e a invadir as casas, instituições, e os aparelhos de Estado, impondo grandes desafios à consolidação das democracias, aos direitos humanos e, acima de tudo, ao processo emancipatório da classe trabalhadora.

Além disso, como fator agravante encontra-se o fato de que algumas dessas matizes ideológicas não somente remontam, como se confundem com o fascismo - neofascismo em termos atuais - que encontra substratos à sua germinação.

Diante desse contexto, configura-se um cenário de incertezas, perdas, terror e medo. A medida que se impulsiona o machismo, o racismo, a xenofobia, o discurso anti científico, desestabilizando os setores da “democracia burguesa” por meio de inúmeros tipos de ataques.

A influência da extrema-direita vem tornando-se “maior que o seu próprio eleitorado, pois, ao mesmo tempo que suas ideias podem contaminar a direita “clássica”, também podem contaminar parte da esquerda social neoliberal” (Lowy, 2015, p.653). Após o alcance de alguns valores pós-iluministas¹, o mundo não imaginava se deparar com tamanho retrocesso.

¹ Para Rouanet (1987) o Iluminismo designa uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder a partir da razão (de argumentos racionais), na contramão, o pós-iluminismo iria de

Assim, o interesse pela presente pesquisa surge da interseção entre o pólo pessoal, acadêmico e profissional. No que tange ao pessoal, sem dúvidas, nasce da razão e indignação política que me movimentava no mundo, levando-me ao desejo de compreender um pouco mais das contradições e desdobramentos das forças objetivas que dirigem parte do curso da história. Acerca do interesse acadêmico e profissional, importa destacar, que este veio a revelar-se durante o processo de estágio obrigatório realizado dentro da antiga Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social de Santa Catarina (SDS), no arranjo da Gerência de Política para as Mulheres na Diretoria de Direitos Humanos,² durante os semestres de 2021-2 e 2022-1.

Esse período de atuação proporcionou-me uma visão privilegiada, dada a configuração deste espaço sócio ocupacional enquanto setor de representação da administração pública estadual, atravessado por forte disputa política e ideológica, como reflexo do momento em que a sociedade confrontava-se com o ascenso das forças da extrema direita bolsonarista, de caráter neofascista e ultraneoliberal, dentro da organização do Estado Brasileiro. Forças essas, que se distinguem das outras direitas tradicionais, especialmente por expressar “um ódio cabal aos direitos humanos” (Ribeiro, 2015, p. 1). Não por acaso, o âmbito dos Direitos Humanos esteve entre as áreas mais atacadas³ nesse período.

Especialmente em relação aos direitos das mulheres, por meio da PL 4150/2019 a sociedade retornou o debate sobre a criação do estatuto do nascituro, que visa atribuir personalidade jurídica ao feto, retrocedendo em relação aos direitos reprodutivos, e objetivando limitar a interrupção do aborto em situações de abuso sexual. A referida PL, em conjunto com outros arcabouços normativos, abriu portas à continuidade do retrocesso a nível federal, estadual e municipal, e em 2024, ainda perdura o debate e se prolifera.⁴

encontro ao retorno a irracionalidade que surge em um contexto que almeja a negação e a superação dos valores trazidos pelo iluminismo. O uso das metanarrativas para explicar a humanidade a partir da “descoberta” da subjetividade, do micro poder, será questionada. Esse processo, não está circunscrito ao debate teórico. Antes, esteve alimentado pela crise do capitalismo em atender as demandas sociais e, também pela crise do socialismo real, com a queda do muro de Berlim, a perestroika na antiga União Soviética e as revoltas nos países no Leste Europeu.

² Em decorrência das indicações ministeriais feitas pelo presidente Jair Bolsonaro (2018) durante seu governo, à época, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) - órgão responsável pela defesa e formulação de políticas sociais no âmbito dos direitos humanos e das minorias- passou a ser presidido por Damares Alves, figura representante dos neopentecostais, e contrária a inúmeras pautas relativas ao avanço dos direitos das mulheres e população LGBTQIAPN+.

³ **Anistia Internacional lista 32 violações de direitos humanos e retrocessos nos mil dias do governo Bolsonaro.** G1, 24 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/09/24/anistia-internacional-lista-32-violacoes-de-direitos-humanos-e-retrocessos-nos-mil-dias-do-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2024.

⁴ **Projetos de leis impõem retrocessos aos direitos reprodutivos.** AzMina, 20 jun. 2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/projetos-leis-impoem-retrocessos-direitos-reprodutivos/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

Portanto, a “constatação do crescimento da extrema-direita na contemporaneidade e sua mera condenação ideológica”, mostra-se insuficiente à “apreensão da materialidade que lhe dá sustentação e da ação programática necessária para sua superação”. Torna-se urgente refletir sobre a persistente presença desse ideário extremista e os seus desdobramentos, por se tratar de “um desafio ético-político fundamental aos que recusam o irracionalismo, os discursos e práticas racistas, xenofóbicas, homofóbicas, sexistas e opressoras” (Silva et al.,2014, p.409).

Por outro ângulo, o debate sobre as forças extremistas de direita, em especial a neofascista, torna-se uma pauta central na agenda política da esquerda, na medida em que se compromete com a compreensão do mundo objetivo atravessado pelas questões sociais, ao passo que impacta na pauta dos direitos sociais e políticas públicas,⁵ e situa-se na linha de divergência a um projeto emancipatório de sociedade, contrapondo-se, portanto, ao horizonte ético político do serviço social (Silva et al.,2014).

O estudo está assentado na seguinte questão norteadora: “quais são os principais fenômenos históricos coadunados à ascensão da extrema direita bolsonarista dentro do contexto de crise no Brasil?” Desse modo, o objetivo é investigar a ascensão da extrema-direita bolsonarista, e examinar as particularidades que contribuíram para o agravamento do cenário de crise que se instaurou no país nos últimos anos. Para isso, pretende-se levantar alguns dos principais elementos históricos, sociais e políticos que se relacionam diretamente com o fortalecimento e avanço da extrema-direita fascista no país, e apontar suas implicações no tecido democrático e nas relações sociais.

Sem a pretensão de esgotar o tema, ao adentrar essa discussão, pretende-se contribuir para o adensamento crítico do debate, atualizar e ampliar a compreensão do fenômeno e suas ramificações, bem como promover reflexões acerca do que ele representa para o serviço social, enquanto profissão que se posiciona no horizonte ético político contrário às ideias e práticas conservadoras, que defende os direitos humanos, e recusa o arbítrio e o autoritarismo, ao mesmo tempo em que está comprometida com o aprofundamento da democracia, e com a eliminação de todas as formas de hierarquia, dominação, e preconceito.

No que concerne à metodologia, a pesquisa foi empregada por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza básica. De acordo com Goldenberg (1997, apud Gerhardt e Souza, 2009, p.31) a abordagem qualitativa, não se preocupa centralmente com representatividade numérica,

⁵ A título de exemplo, a redução dos recursos federais nas áreas da saúde, educação, direito à cidade, meio ambiente, povos indígenas, quilombolas, igualdade racial, mulheres e crianças e adolescentes, como apontado em 2022 um relatório produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).

mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Nega o pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências e o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa .

Quanto à natureza básica, esta “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.” (Gerhardt e Souza, 2009, p. 34). Em relação à etapa procedimental, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, que se refere ao levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, e permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (Fonseca, 2002, apud Gerhardt e Souza, 2009, p. 37).

No que tange à estrutura, o trabalho está organizado em seções. Além desta Introdução, na seção 2, busca-se apresentar a conjuntura de ascensão da extrema direita, com ênfase no golpe de 2016, no ascenso do mito Jair Bolsonaro, e nas discussões sobre a direita e extrema direita. Na seção 3, expõe algumas compreensões sobre o fascismo e seus significados, resgata a história do integralismo, a discussão sobre a equiparação do bolsonarismo ao neofascismo, e a incisiva ultraneoliberal no Brasil. E por fim, na seção 4 apresenta-se alguns apontamentos e as conclusões do trabalho.

2 CONJUNTURA DE ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA

O que tem se apresentado diante da sociedade no cenário internacional em termos de ascensão da extrema direita, tem se mostrado suficientemente grave, para além das intenções de corrosão estrutural do estado democrático de direito. Acrescido a isto, há uma onda de irracionalidade tornando-se aceita, aderida, e aplaudida, à medida que se mostra gigante dentro dos espaços políticos. Como apontado por Mudde (2021, p.16)

Em maio de 2019, três dos cinco países mais populosos do mundo – Brasil, Índia e Estados Unidos – possuem líderes de extrema direita, e o maior partido político do mundo é o Partido do Povo Indiano [Bharatiya Janata Party, ou BJP], agremiação populista de direita. Na União Europeia, dois governos são totalmente controlados por partidos de direita radical populista – Hungria e Polônia –, outros quatro países incluem tais partidos em suas coalizões de governo – Bulgária, Estônia, Itália e Eslováquia –, e outros dois se mantêm com o apoio dos partidos de extrema direita – Dinamarca e Reino Unido¹. E durante as últimas eleições europeias, os partidos de extrema direita ampliaram sua presença no parlamento europeu mais uma vez, ainda que não tanto quanto haviam conseguido antes, nos pleitos de 2009 e 2014.

As eleições federais de 2017 na Alemanha, demonstraram que o partido Alternativa para a Alemanha (AFD), passou a obter uma significativa representação no Bundestag (parlamento alemão). Desde a Segunda Guerra Mundial, não se observava um partido de extrema-direita conquistar tantos assentos no parlamento. No mesmo ano, na França, a Frente Nacional (FN) liderada por Marine Le Pen obteve uma votação expressiva, inclusive chegou a disputar o segundo turno das eleições. Logo em 2018 na Itália, a Liga Norte (LN), liderada por Matteo Salvini, tornou-se parte do governo de coalizão liderado pelo Movimento 5 Estrelas, e adotou uma linha dura contra a imigração, política de fechamento de fronteiras e deportação de imigrantes ilegais. Em Portugal, desde 2019, o CHEGA, liderado por André Ventura, também garantiu entrada no parlamento. E, embora no referido ano não tenha obtido uma representação majoritária, o seu crescimento eleitoral foi alavancado com o tempo, indicando a aceitação das ideias extremistas por parte da sociedade portuguesa. Seguindo a mesma onda, na Espanha, o partido Vox, após décadas de ausência, tornou-se a terceira maior força política dentro do parlamento. Embora todos esses partidos carreguem similaridades no âmbito de suas ideias, no que concerne às práticas políticas, não existe homogeneidade.

Acerca disto, Lowy (2015, p.655) enfatiza que “a atual extrema-direita europeia é muito diversa, uma variedade que vai de partidos abertamente neonazistas, como o Aurora Dourada na Grécia, a forças burguesas perfeitamente bem integradas ao jogo político institucional, como o suíço UDC”. Segundo o autor, o traço em comum entre esses partidos reside no “nacionalismo chauvinista — e, portanto, oposição à globalização “cosmopolita” e a qualquer forma de unidade europeia —, xenofobia, racismo, ódio a imigrantes e ciganos (o povo mais

antigo do continente), islamofobia e anticomunismo”. Ademais, explica que grande parte deles “são favoráveis a medidas autoritárias contra a “insegurança” (usualmente associada a imigrantes) por meio do aumento da repressão policial, penas de prisão e pela reintrodução da pena de morte”, e ainda que expressem uma retórica social de apoio à classe trabalhadora, utilizam-a como um complemento à orientação reacionária nacionalista. “Em outras questões — por exemplo, neoliberalismo, democracia parlamentar, antissemitismo, homofobia, misoginia ou secularismo — esses movimentos são mais divididos”.

Como apontado anteriormente, essa tendência de crescimento nos principais países do continente europeu, alcançou o Brasil (Lowy, 2015), que dentre os países da América Latina, vem sendo interpretado como o caso mais paradigmático em relação à ascensão da extrema-direita, em especial a de cunho fascista, representada pelo bolsonarismo (Martins, 2022). No entanto, esse ascenso não ocorreu de um dia para o outro. Para além de precedentes internacionais, existiram fatos, que estão sendo interpretados como marcos dentro desse processo, entre eles o golpe parlamentar ou golpe empresarial de 2016 que suscitou o impeachment de Dilma Rousseff (2011-2016).

2.1 GOLPE DE 2016

Inicialmente faz-se importante lembrar que existe uma vulnerabilidade no tecido democrático brasileiro que tem se expressado por meio das ininterruptas crises políticas, as quais o país encontra-se mergulhado historicamente desde a primeira república. E embora todas elas tenham sido responsáveis por levar o país a um desgoverno em que predominaria um grupo político neofascista (Boito Jr., 2021), especialmente o golpe⁶ impetrado em 2016, que culminou no impeachment de Dilma Rousseff - eleita democraticamente em 2010 e reeleita em 2014 - emerge como um marco central desse processo de ascensão da extrema direita no Brasil. Muitos setores da sociedade perceberam nesse episódio e na subsequente prisão e cassação dos direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2011), uma manobra política para afastar o Partido dos Trabalhadores (PT) do governo. Tendo em vista muitas estratégias, os setores manobristas estiveram “articulados sob hegemonia da direita liberal” e portanto,

⁶ O sujeito do golpe de estado moderno é, como Luttwak destacou, uma fração da burocracia estatal. O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical da distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca de governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (Luttwak, 1991, apud Oliveira, 2016, p.197).

“precisaram se apoiar em uma base de massas radical que alavancou a ofensiva fascista” no Brasil (Martins, 2022, p.22).

O governo de Dilma Rousseff, que enfrentava um cenário crescente de impopularidade, exacerbado pelo retrógrado ambiente hostil, misógino e totalmente polarizado, “no contexto de uma economia que se recuperava com êxito dos efeitos da crise financeira global de 2008, e em um cenário de grande otimismo”(Bastos, 2017, p.17), não conseguiu encontrar o apoio necessário ao seu projeto de governabilidade.

Embora não evidente ou explícito em seu projeto de governo, Dilma objetivava “*minimizar o rentismo* com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital”, o que por consequência, evidenciou o questionamento do “*poder estrutural* do capital financeiro na determinação das taxas de juros e câmbio, rompendo o pacto conservador formado pelo governo Lula em 2003” (Bastos, 2017, p.17).

Nesse contexto, uma parte dos setores e grupos conservadores que faziam oposição ao governo identificaram a oportunidade de construir uma mobilização com o objetivo de destituí-la. O pedido inicial de afastamento foi protocolado em formato de denúncia feita pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, sendo aceito pelos parlamentares da Câmara dos Deputados - que tinha à época como presidente o parlamentar Eduardo Cunha - e julgado pelos Senadores da República.

Segundo os denunciantes, a presidenta havia praticado crime de responsabilidade, ao autorizar por meio de decretos, no ano de 2015

[...]a abertura de crédito com inobservância à LOA [Lei Orçamentária Anual] e à Constituição Federal, justamente por permitir a abertura de recursos suplementares quando já se sabia da inexecutabilidade das metas de superávit estabelecidas por lei” (Brasil. Câmara dos Deputados, 2015).

Embora o processo tenha se fundamentado nas supracitadas acusações, as supostas irregularidades fiscais ficaram popularmente conhecidas de "pedaladas fiscais" .

No dia de votação sobre a aprovação do impeachment, a sociedade pode observar uma prévia do que mais adiante ainda estaria por vir: a tortura sendo "louvada nos microfones da Câmara dos Deputados, por meio da figura de Jair Bolsonaro, ao dedicar o voto pelo impeachment ao “terror de Dilma Rousseff”, o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra”(Bastos, 2017, p.17). Após 273 dias de duração - entre a abertura e julgamento final do impeachment pelo Senado - em 31 de agosto de 2016, o mandato foi cassado, por 61 votos a favor e 20 contra, mantendo-se apenas os direitos políticos de Dilma (Brasil, Agência do Senado, 2016).

O Senado Federal entendeu que a senhora Presidente da República Dilma Vana Rousseff cometeu os crimes de responsabilidade, consistentes em contratar operações

de crédito com instituição financeira controlada pela União e editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional, previstos no art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, da Constituição Federal, bem como no art. 10, itens 4, 6 e 7, e art. 11, itens 2 e 3, da Lei nº 1.079, de 10 abril de 1950, por 61 votos, havendo sido registrados 20 votos contrários e nenhuma abstenção, ficando assim a acusada condenada à perda do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil.

No entanto, assim como os setores mais progressistas da sociedade, Dilma também compreendia a dimensão do que configurava aquele momento na história. Em suas declarações, não hesitou em lembrar a sociedade das ameaças de um golpe de estado, que recrutou “artifícios ainda mais destrutivos como a fraude e a mentira, na tentativa de destituir um governo legitimamente eleito, substituindo-o por um governo sem voto e sem legitimidade”. Embora em suas alegações deixasse evidente não ter cometido crime de responsabilidade, ou outro de qualquer natureza que pudesse ocasionar um pedido de impeachment em julgamento no Congresso Nacional (Roussef, 2016), novamente não encontrou suficiente base de apoio.

No desenrolar dos fatos, acerca da substancialidade do golpe - o qual muitos ainda se referem como *impeachment* - foram construídas infinitas narrativas controversas e questionáveis, mas habilmente utilizadas como justificativa para o andamento do processo à época.

Oliveira (2016, p.195) explica que em meio a tantas,

A narrativa que se tornou hegemônica é a de que o reivindicado impeachment não era um golpe de Estado, senão apenas o pertinente e justo acionamento de um dispositivo constitucional encaminhado pelo Congresso Nacional, em respeito às manifestações de rua conclamadas pela Rede Globo nas manhãs de diversos domingos de 2015 e 2016, sob a supervisão do Supremo Tribunal Federal. De acordo com este argumento, somente ocorreria um golpe de Estado se houvesse uso da força bruta, à margem da Constituição, pelas Forças Armadas. Porém, de forma geral, nas referidas manifestações de rua, nas quais a camiseta da seleção brasileira de futebol, da controvertida Confederação Brasileira de Futebol³, tornou-se o uniforme padrão, os partidários dessa argumentação nunca se esforçaram por diferenciar-se, tampouco negaram o apoio das hordas saudosistas da barbárie escancarada.

Michel Temer, à época ainda vice-presidente, vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁷ desempenhou papel crucial nos bastidores desse processo, quando assumiu interinamente a presidência após o afastamento de Dilma Rousseff - consolidando-se como seu sucessor após a consumação do golpe parlamentar.

Com o governo interino, um Novo Regime Fiscal foi implementado por meio da EC 95, instaurando a “era da austeridade” impossibilitando a vinculação dos recursos às políticas

⁷ Na disputa presidencial de 2014 o PT formou coligação com PMDB, PDT, PCdoB, PP, PR, PSD, PROS e PRB, ampliando a base de apoio (Disponível em : <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/07/com-apoio-de-9-partidos-cada-dilma-deve-ter-12min-na-tv-e-aecio-6min.html>. Acesso em: 19 jul. 2024.)

sociais nos termos anteriores da Carta Magna, e congelando as despesas primárias do governo, a exemplo, saúde e educação, por vinte anos.

O mandato de Temer está inserido no período demarcado pela mais recente crise econômica brasileira. Comparada com ocorrências anteriores estatisticamente documentadas, é a crise com a maior redução do Produto Interno Bruto (PIB) e com o maior aumento de desemprego da história brasileira. O que se verifica é que, até o segundo trimestre de 2017, o Brasil apresentou um quadro de recessão com a taxa de crescimento do PIB em sucessivas quedas. A partir do quarto trimestre de 2017, a economia apresentou um cenário levemente melhor, porém, ainda assim, terminou os anos de 2017 e 2018 com um quadro de estagnação, ou seja, com um crescimento baixo e estável ao redor de 1% ao ano (Benzaquen, 2022, p.401).

Aliás, sublinha-se que o ajuste fiscal permanente que brutalmente promoveu cortes orçamentários aos direitos sociais, sobretudo na seara das políticas públicas, trata-se de um dos elementos chaves do neoliberalismo (Salvador, 2010). Se por um lado a elaboração e a ampliação das políticas públicas possuíam o papel imprescindível na consolidação do Estado democrático de direito e melhora de vida da população, por outro, o impacto dessa política fiscal ultraneoliberal configuraria a retração e limitação desses direitos, e por consequência a piora de vida, em especial da classe trabalhadora.

Todavia, como evidenciado por Solano (2018), a ilegitimidade do impeachment representou uma significativa ruptura na estabilidade institucional, resultando em uma intensa fragilização da ordem democrática e acelerando os processos de decomposição política.

Sob esta perspectiva,

a deterioração da conciliação lulista, uma imprensa hegemônica oligopolizada que, com frequência, se comporta mais como panfleto político do que como órgão informativo, a complicada governabilidade num Congresso com grande pulverização partidária e de matriz política conservadora, a absoluta falta de respeito com o processo democrático que muitos representantes políticos demonstraram ter, são fatores que intensificaram a crise política, em paralelo à crise econômica que o país atravessa e que é outro fator fundamental para entender o mal-estar social brasileiro. Altas taxas de desemprego e aumento da vulnerabilidade e precariedade para amplas camadas populacionais são fatores que potencializam o desgaste no tecido social. Por outro lado, os abusos de um judiciário hiperinflacionado e militante, que extrapola suas funções e invade o equilíbrio de poderes judicializando a política, e as dinâmicas lavajatistas da justiça penal do espetáculo, numa luta moralista, populista e punitiva contra a corrupção e que não respeita as garantias penais, transformam-se em importantes fatores de risco antidemocrático (Solano, 2018, p.3).

No entanto, o cenário pós-golpe não trouxe a estabilidade e o crescimento prometidos pelos seus defensores. Ao contrário, o país mergulhou em uma das piores recessões de sua história, com consequências devastadoras para as políticas públicas e bem-estar social.

Como pontuou Martins (2022, p.6), “o golpe de 2016 atingiu em cheio a soberania popular, cassou direitos políticos, limitou o sistema representativo, criminalizou políticas sociais através da EC 95 e abriu o espaço para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018”.

Na visão de Singer (2020), durante o golpe parlamentar de 2015-2016, as elites brasileiras buscaram o esvaziamento da Constituição de 1988 e a transformação da democracia em um sistema oligárquico. E justamente no vácuo deixado pela direita tradicional, Bolsonaro soube aproveitar o impulso anti-institucional despertado pelas manifestações ainda de 2013, unindo as energias conservadoras de diferentes grupos. No entanto, esse episódio representou um autoritarismo que não foi interceptado pelas elites, como ocorreu com Getúlio Vargas nos anos 1930 e com o golpe de 1964, marcando assim um novo momento na história republicana do Brasil (Singer et al., 2020). Sublinha-se que, embora os eventos atrelados ao golpe estejam permeados de especificidades, não por acaso, relembram acontecimentos passados que se reconfiguram em um novo contexto, com diferentes autores, mas ainda afundados nas velhas ideias e práticas.

2.2 O MITO JAIR BOLSONARO

Ainda antes do golpe de 2016, especialmente de 2003 a 2016, Bolsonaro já expressava fortemente seu reacionarismo. Mas, a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo, acentuou seus ataques contra a esquerda. Integrou campanhas em defesa do armamento da população, explicitou seu apreço pela memória militar, zombando dos familiares que buscavam as ossadas dos mortos e desaparecidos políticos e confrontando a Comissão Nacional da Verdade. Em concomitância, atuou "contra políticas afirmativas para afrodescendentes; a favor do movimento «escola sem partido»; contra os homossexuais; contra uma lei que punia castigos corporais contra crianças; contra a interferência do Estado na organização familiar; e contra o feminismo" (Secco, 2022, p.45).

E ao ressurgir na condição de figura mítica durante os anos de 2016 a 2018, indicada por seus simpatizantes, ainda no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, emergiu entre o "lamaçal da desmoralização das instituições e em meio a uma onda de extrema-direita internacional" (Secco, 2022,p.47-), encontrando o respaldo que necessitava à sua candidatura em setores da "burguesia emergente que passou a deslocar o protagonismo da burguesia tradicional mais internacionalizada que dirigiu a Nova República," representada por um "empresariado que barganhou ativismo político militante em troca de favores e apoio estatal"(Martins, 2022, p.22).

A esse respeito, Martins, (2022, p.2) explica que, essa burguesia estava constituída especialmente por setores ultraconservadores, como:

grandes empresas religiosas neopentecostais, que passaram a desafiar a igreja católica, pela mídia oficialista, que passou a disputar o protagonismo com a Rede

Globo, pelo agronegócio, que voltou a expandir as taxas de destruição ecológica, por segmentos do comércio varejista, farmacológico e de armas.

Essa aliança entre o conservadorismo moral, o ultraneoliberalismo e o autoritarismo político foi crucial para impulsionar sua candidatura e consolidar sua base de apoio. Acrescido a isso, a promoção de sua imagem, pelas vias de uma campanha baseada principalmente nas redes sociais, tornou seu crescimento expressivo durante o período eleitoral, o levando a se tornar presidente. Vale lembrar que plataformas como o WhatsApp, desempenharam um papel fundamental na mobilização dos seus eleitores, demonstrando a eficácia das estratégias que envolvem as tecnologias de tais mídias, massivamente utilizadas na construção de sua identidade política e no acirramento do ambiente político.

Mas, esse bolsonarismo vitorioso, como muito bem lembrado por Coggiola, (2021, p.30),

não foi o produto aleatório de uma combinação de circunstâncias, sem raízes históricas profundas. A história se repete (como tragédia, farsa ou o que seja), mas nunca sobre a base do ponto de partida precedente. A atual polarização política obedece, certamente, a uma lógica ditada pelas peculiaridades do desenvolvimento histórico do país. Ela não anuncia, porém, um retorno a uma normalidade que nunca foi “normal”. A agonia do governo Bolsonaro se imbrica com a crise de todo um regime político.

Na conjuntura de uma sociedade que já vinha permeada por tensões, polêmicas e cisões, intensificou-se a polarização política. De um lado posicionaram-se os grupos que compreendiam sem grandes esforços o emergente risco à democracia, às liberdades civis e políticas, e aos direitos humanos. Enquanto de outro, os que compactuaram com a irracionalidade ética de que em meio ao cenário de crise instaurada, Bolsonaro seria capaz de apresentar uma alternativa viável à solução dos problemas sociais e políticos do país.

Em 28 de outubro de 2018, quando a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Rosa Weber⁸ anunciou a vitória do candidato, Jair Bolsonaro, com cerca de 55, % dos votos válidos à época vinculado à *Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos* (PSL/PRTB), derrotando no segundo turno o candidato Fernando Haddad (PT) que recebeu cerca de 45% dos votos - uma parte da sociedade brasileira se mostrou atônita⁹. Pois, a ascensão da referida figura ao poder simbolizava não apenas a vitória de um projeto político de uma

⁸ **Presidente do TSE anuncia eleição de Jair Bolsonaro para Presidente da República. Tribunal Superior Eleitoral**, 28 out. 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-eleicao-de-jair-bolsonaro-para-presidente-da-republica>. Acesso em: 10 jun. 2024.

⁹ A ascensão de Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018 surpreendeu o establishment político, os acadêmicos e a imprensa. Embora a extrema- -direita tivesse reaparecido com força em vários países, ninguém acreditava que uma figura do baixo clero do Congresso Nacional, adepto de teorias conspiratórias e defensor público da tortura, poderia ser eleito (Secco, 2022, p.1).

extrema-direita de cunho fascista, mas também o fracasso das candidaturas liberais tradicionais, em especial da esquerda, em conquistar o eleitorado descontente, inaugurando a continuação de um período de retrocessos democráticos e de ataques sistemáticos aos direitos sociais e individuais (Martins, 2022).

O Bolsonarismo se concebeu a partir da recusa de políticas públicas e padrões de comportamentos associados a esquerda, especialmente, ao Partido dos Trabalhadores, (Pereira; Gomes, 2019, p.11) Sua eleição evidenciou não somente uma crise de legitimidade política, o desmantelamento da democracia liberal, ou ainda o resultado do descrédito político e das instituições tradicionais. Não tratou-se apenas do efeito do desgosto populacional com a profissionalização da política, com a burocracia e a ausência da real representatividade dos governos, como bem apontado por Pereira e Gomes (2019). Antes de tudo, foi produto de um projeto neoliberal altamente avançado e refinado, como bem denominado por Cortês (2021) de “potenciação da expropriação”.

A retórica bolsonarista que “apontou o comunismo e as esquerdas como os inimigos a serem banidos, associando-os à corrupção estatista, que deveria ser enfrentada com o ultraneoliberalismo” evidencia esse aspecto em seu governo (Martins, 2022, p.22).

Além disso, desferiu ataques constantes às instituições democráticas, aos direitos humanos e às minorias, criando um ambiente propício ao avanço de uma agenda política de cunho fascista e ao triunfo de um projeto político de extrema-direita. Seu governo adotou medidas que fragilizaram ainda mais as condições de vida dos setores vulneráveis da sociedade, como a população negra, as mulheres, o(a)s trabalhadore(a)s rurais. E “em 2020, no segundo ano do mandato, sob o consolidado poderio ultradireitista, foi possível presenciar não apenas o exponencial aviltamento dos direitos sociais e trabalhistas, mas diversas expressões fortemente antidemocráticas, autoritárias, pró-ditatoriais e elitistas” (Guimarães e Pereira, 2020, p.46).

Através da extrema centralização das decisões reconfigurou o Executivo Federal brasileiro, aproximando-o do período ditatorial. "Os órgãos de controle, de informação, de repressão e de violência estatal estiveram submetidos à retomada das práticas de mando ditatoriais, procurando eliminar os processos de obediência constitucional"(Fontes, 2019, p.5).

Não houve portanto, preocupação com a explicitação dos problemas que acometem a população, e os setores ministeriais passaram a se esquivar de debater e informar a população, "desdobrando-se entre o perfilamento doutrinário e a obediência econômica, para contemplar setores de apoio ao governo, como as Igrejas, policiais, ou garimpeiros, por exemplo" (Fontes, 2019, p.4). Por meio de uma comunicação pautada na agressividade, o governo avançou sobre o controle da imprensa proprietária, intimidando jornalistas, e mantendo campanhas diretas

através de redes sociais com teores anti-democráticos e fascizantes" (Fontes, 2019, p.8). E portanto, a sociedade esteve diante "do fomento governamental à ilegalidade e criminalidade abertas, com endosso explícito às práticas historicamente corrompidas nos diversos setores da vida econômica e social" (Fontes, 2019, p.5).

Entre as problemáticas que decorrem do bolsonarismo, encontra-se o fato de que ele reivindica simbolicamente o legado dos militares "linha dura" do período de golpe militar no Brasil, e não dos governos militares propriamente ditos. Esses militares carregavam esse título por defenderem uma postura radical que visava o extermínio dos seus opositores.

Secco (2022, p.43) compreende que Bolsonaro "evocou a antiga linha dura militar mais como recurso memorialístico, a fim de construir uma narrativa antissistêmica. No caso, o sistema seria o regime democrático corrompido pelos políticos civis."

Durante todo o período de seu mandato, não existiu um momento em que o país não presenciou uma onda de ideias sombrias, ultraconservadoras, autoritárias, reacionárias, que ao se alastrarem agravaram todas as crises que já estavam configuradas. A exemplo, no contexto da pandemia pela COVID 19¹⁰, demonstrou para além de uma retórica anticientífica e negacionista, uma postura negligente e disseminadora de desinformação. Esses fatores desestimularam o implemento de distanciamento social e o uso de máscaras por parte dos grupos que se identificavam com tais ideias, o que contribuiu para a disseminação acelerada do vírus em um cenário de mortalidade.

Desse modo, deu-se início a conjectura do "fascismo da morte" na sociedade brasileira. Pontua-se que o caráter fascista desse governo esteve justamente "materializado em seu flerte com a morte e em sua política suicida"(Singer et al., 2020). Ainda sobre esse caráter fascista, importa mencionar que ele pode se expressar através de outras posturas do ex-presidente.

Como ressaltou Secco (2022, p.50)

As idas e vindas das declarações e posicionamentos de Bolsonaro só admitiram dois eixos estáveis: o primeiro foi o compromisso de direcionar a política econômica a favor do empresariado e contra quaisquer interesses organizados da classe trabalhadora; o segundo foi, paradoxalmente, o descompromisso com qualquer decisão dele mesmo, linha política ou ideologia publicamente declarada. Seria, pelo avesso, um compromisso com a mudança constante de posicionamento. O carácter altamente mobilizador do Governo lhe permitiu uma plasticidade inédita de recorte tipicamente fascista.

¹⁰ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Mais de 200 países relataram casos da doença considerada uma pandemia por adquirir em uma distribuição geográfica uma escala global.

Ademais, autores como Solano (2018, p.9), compreende que, sobretudo, outros fatores como a penetração das lutas feministas na sociedade brasileira, dos movimentos negros e LGBTQIAPN+, a visibilidade dos imigrantes ou refugiados, também foram responsáveis por provocar “uma reorganização violenta e moralista de quem pensa seu mundo ameaçado”, o que noutras palavras, acarretou reações hostis à valorização das identidades ligadas aos grupos minoritários, e o levante bolsonarista contra os ideários progressistas.

Nessa conjuntura e, por certo em razão disso, foi intensificado o projeto ultraneoliberal, que sem atenuantes e por vias de continuidade, desmontava o estado e as políticas públicas ainda sobreviventes. A medida em que orientava a ordem social capitalista na direção dos interesses do grande capital, refinava o retrocesso social, evidenciando à manutenção do status quo, em que o processo de produção e reprodução centram-se exclusivamente no alargamento dos lucros de uma elite econômica, ‘possuidora do mercado’, que invisivelmente dita as direções do “contrato social” na sociedade capitalista.

Marcelo Badaró (2021, p.3) explica que o grande capital no Brasil pode ser sintetizado como uma configuração do capitalismo altamente

dominada pelos grandes monopólios e oligopólios, em que os setores que produzem valor e os setores que portam juros - vulgarmente chamados de capital produtivo e capital “financeiro” (os bancos) -, assim como as faces nacional, internacional e associada das empresas capitalistas, estão de tal forma entrelaçados e interpenetrados que, ainda que se possa falar de interesses específicos de frações (a indústria, o agronegócio, os bancos...), dificilmente encontraremos, hoje, empresas e burgueses que representem tal perfil de forma “pura”. O que em grande medida facilita a unidade de ação como classe, dos dominantes, nos momentos críticos.

Neste ponto, torna-se importante pontuar uma questão que foi elucidada em relação ao estudo e debate do que de fato representa o fenômeno bolsonarismo, independe da figura de central Bolsonaro. Como apresentado por Solano (2018,p.10) o fenômeno Bolsonaro é muito maior que a viabilidade de sua candidatura. O ataque à Sede dos Três Poderes ocorrido em 8 de janeiro de 2023 simboliza um exemplo contundente do que Solano ainda em 2018 alertou acerca do bolsonarismo enquanto um movimento independente da referida figura. Chama-se atenção para “a penetração e capilaridade de suas ideias, a retórica e mensagem nos diversos segmentos da população e o crescimento exponencial de sua intenção de voto devem nos fazer pensar que não estamos tratando da ameaça individual de Jair Messias Bolsonaro.” Mas de algo que se estruturou por meio da identificação de uma parte da população com o reacionarismo postulado a partir de seu jogo político. Desse modo, se tratou de “um processo de “bolsonarização”, ou seja, popularização de uma política antidemocrática, autoritária de extrema-direita, que continuará para além do indivíduo.”

Após o fim do seu governo, o processo de bolsonarização deu continuidade, para além da retórica, aos ataques à democracia e às instituições. Anteriormente, Bolsonaro, que sempre demonstrou uma relação controversa diante da democracia, realizou inúmeras declarações em defesa e comemoração do Golpe Militar de 1964, sendo responsável por levantar de forma demagoga a ocorrência de fraudes eleitorais, e atacar constantemente o sistema de urnas eletrônicas, por meio de sua exigência ao retorno do voto em papel. No entanto, nem mesmo o fim de seu mandato foi capaz de frear a tamanha irracionalidade que derivou dos movimentos de extrema direita seguidores do mito, e encorajados por suas falas. Os bolsonaristas inconformados com o resultado das eleições presidenciais de 2022 que eclodiram na vitória de Lula¹¹, foram responsáveis por organizar um atentado contra a Sede dos Três Poderes, situada em Brasília. Nesse episódio, em todo o país passaram a ocupar a frente dos quartéis, expressando suas reivindicações golpistas. Especialmente no Distrito Federal o movimento ficou concentrado em frente ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano (SMU). Por coincidência ou não, o evento Brasileiro guardou similaridades com o caso estadunidense ocorrido em janeiro de 2021, onde o ex presidente Donald Trump alegou de forma infundada a vitória de Joe Biden ao pleito presidencial dos Estados Unidos, e incitou os seus eleitores a invadirem o Capitólio¹²Washington, D.C..

No caso brasileiro, as inúmeras forças terroristas e antidemocráticas, segundo reportagem divulgada pela CNN¹³, começaram os ataques após alguns militantes da extrema-direita brasileira terem convocado e realizado um ato na Esplanada dos Ministérios, para tentar

¹¹ Com 98,91% das urnas apuradas, Lula foi considerado eleito após receber 59.563.912 votos (50,83% dos votos válidos), contra 57.675.427 votos (49,17% dos votos válidos) de Bolsonaro. **Lula é eleito novamente presidente da República do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral**, 30 out. 2022. Disponível em: [https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil#:~:text=%C3%80s%2019h56%20deste%20domingo%20\(30,dos%20votos%20v%C3%A1lidos\)%20de%20Bolsonaro](https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil#:~:text=%C3%80s%2019h56%20deste%20domingo%20(30,dos%20votos%20v%C3%A1lidos)%20de%20Bolsonaro). Acesso em: 01 jul. 2024.

¹² No dia 06 de janeiro de 2021, durante a contagem dos votos do Colégio Eleitoral para confirmar a vitória de Joe Biden na eleição presidencial de 2020 nos Estados Unidos, uma multidão de apoiadores de Donald Trump invadiu o prédio do Capitólio em Washington, D.C. e interromperam o processo de certificação dos votos, forçando os membros do congresso a evacuarem o local. Carregavam bandeiras confederadas, símbolos de extrema direita e de grupos supremacistas brancos, assim como expressavam apoio a Trump e suas alegações infundadas de fraude eleitoral. Além disso, o confronto entre os manifestantes e a polícia resultou em mortes, ferimentos e danos materiais: cinco pessoas, incluindo um policial, morreram durante ou logo após o incidente, e mais de 140 policiais ficaram feridos, o Capitólio sofreu danos de milhões de dólares. Em decorrência disto, em 2023 o ex-presidente foi indiciado pela Justiça dos EUA, acusado de 3 conspirações distintas: conspirar para fraudar os EUA, conspirar para obstruir um processo oficial e conspirar contra os direitos dos norte-americanos. Além disso, também cita obstrução de procedimento oficial. **Trump é indiciado em processo sobre invasão do Capitólio em 2021. Poder360**, 1 ago. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/internacional/trump-e-indiciado-em-processo-sobre-invasao-do-capitolio-em-2021/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

¹³ **ATAQUE AOS TRÊS PODERES. CNN Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/ataque-aos-tres-poderes/>. Acesso em: 11 jul. 2024

derrubar o Governo de Lula, que havia tomado posse oito dias antes. No entanto, a vitória de Lula foi reconhecida pelo Ministério da Defesa, que entregou relatório sobre o sistema eleitoral sem apontar fraude ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).¹⁴

Todavia, o que se configurou, não somente demonstrou a continuidade das forças bolsonaristas, mas ao mesmo tempo, demonstrou o ultraradicalismo integrante desses movimentos que recusam a legitimidade democrática e burlam as regras e atentam contra as instituições que foram criadas para proteger a classe hegemônica, evidenciando a amplitude da irracionalidade.

Ainda que as frações mais extremas do fascismo estivessem a exigir intervenção militar para impedir a posse e o governo de Lula, fizeram no entanto, com que o líder desse extremismo, se tornasse acossado por um dilema: se aderisse e assumisse a rota do Trump, poderia acelerar os processos que enfrentava no Poder Judiciário – onde não possuía maioria, em contrapartida, se assumisse uma feição moderada e negociadora, perderia prestígio junto a ala mais radical que o apoiava (Martins, 2022). Embora Bolsonaro realizasse constantemente declarações que denotassem sua postura anticomunista, assim como o apoio que recebia das Forças Armadas, assumiu-se explicitamente como de direita, ancorando-se principalmente no apoio das lideranças evangélicas (Lincoln Secco, p.3). E na busca por compreender a real natureza do que simbolizou seu governo e os movimentos que despontaram em apoio a sua figura e ideias, faz-se necessário perpassar pela caracterização do que vem sendo compreendido como “direita” dentro do espectro político. E nesse sentido, antecipa-se que Bolsonaro não está posicionado dentro do jogo político apenas por se declarar ou reconhecer pertencente a uma posição específica, mas em decorrência de suas condutas. Todavia, é preciso partir de uma base conceitual que forneça suporte ao debate sobre o que é ser de direita ou de esquerda, e onde estão situados os extremismos.

2.3 DIREITA E APONTAMENTOS SOBRE A EXTREMA DIREITA

Para adentrar ao debate contemporâneo sobre a extrema-direita, especialmente a denominada fascista no panorama capitalista, torna-se imprescindível resgatar os conceitos de “direita” e “esquerda” que ainda na atualidade são utilizados para explicar as direções políticas

¹⁴**G1.** Entenda os acampamentos bolsonaristas: violência e terrorismo. **G1** – Brasília, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml>. Acesso em: 01 jun. 2024.

que algumas sociedades estão fadadas a seguir. No entanto, importa sublinhar, que não se pretende com esta pesquisa aprofundar na discussão existente¹⁵ sobre a legitimidade dessas terminologias no panorama da contemporaneidade, pois, parte-se do pressuposto que a legitimidade da díade - direita e esquerda - enquanto instrumento conceitual orientador do fazer político, cumprirá - a depender do contexto geográfico, político e social - o papel de criar um ponto de partida que ilumina o conjunto da polarização que atravessa esse universo. Por ora, o emprego dessas terminologias busca descrever o campo da disputa de forças ideológicas e fornecer uma base, em um cenário que é completamente dinâmico. Importa também lembrar, que esta díade foi aderida em parte do globo para além da dimensão meramente teórica, que noutras palavras significa dizer, que tornaram-se popularmente conhecidas.¹⁶

A origem dos termos “direita” e “esquerda” remonta ao contexto de emergência da Revolução Francesa (1789-1799), em que os “delegados identificados com igualitarismo e reforma social sentavam-se à esquerda do rei, e os delegados identificados com aristocracia e conservadorismo, à direita” (Silva et al., 2014, p.411). Priscilla Dibai (2018, p.25) explica que as terminologias surgiram despreziosamente, “como uma maneira de facilitar a contagem de cabeças votantes na Assembleia Nacional Constituinte, quando os Estados Gerais, compostos pelos três corpos – a nobreza, o clero e os “comuns” – deliberavam sobre o futuro da França revolucionária.”

Nesse contexto, o presidente da sessão recomendou que os favoráveis às propostas em pauta se dividissem espacialmente, mantendo-se posicionados à direita aqueles que defendiam valores mais tradicionais e que se consideravam leais ao rei e à religião, e à esquerda, os contrários. A partir disso, persistiu no decurso do tempo essa ideia de distribuição espacial, que passou a ser utilizada pela imprensa da época para comentar as atividades realizadas pela Assembleia. Algum tempo depois, o emprego da metáfora espacial tratou de se refinar, e em 1791, nos meses finais da Constituinte, deu lugar à expressão “extremidade esquerda da parte esquerda” com o intuito de melhor explicar o que ocorria no plenário (Cruz, 2015).

Ademais, Cruz (2019, p.16) explica que os termos ganharam significados fortes, positivos e negativos para setores amplos da sociedade em questão, convertendo-se em marcas

¹⁵ Norberto Bobbio, Anthony Giddens, Perry Anderson e Adolfo Sánchez Vázquez dialogam sobre a validade e o sentido da díade direita e esquerda no final do século XX, por meio da obra ‘Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política’, lançado originalmente em 1994, por Bobbio, e comentado de forma direta pelos outros teóricos (Dibai, 2018, p.23)

¹⁶ Direita e a esquerda ainda são referenciais válidos, que ajudam a refletir sobre a política, mesmo em tempos de globalização, de enfraquecimento do sistema partidário, de surgimento de novos movimentos e diante de novas formas de manifestação política. A díade continua tão ativa e efetiva no século XXI, que circula inclusive nos novos espaços de interação/vivência sociais, como a Internet, por exemplo, a fazer parte dessa nova forma de se relacionar, protestar, debater e viver cotidianamente (Dibai, 2018, p.24)

de identidade, sem perderem “o seu papel de meio de conhecimento: os agentes – políticos e eleitores – continuaram a fazer uso deles para interpretar as realidades vividas e se posicionar em face a elas.” No entanto, nos últimos duzentos anos, em razão da “mobilidade temporal” que esses conceitos sofreram no decorrer da história, passaram a ser associadas a outras distinções, que impuseram dificuldades à compreensão das reais diferenças existentes entre eles.

Em um resgate da concepção de Norberto Bobbio, pode-se observar que a busca por uma conceituação, se desenvolveu a partir dos contrastes que existem em toda sociedade e, que ao seu ver, não podem simplesmente desaparecer. Por esta compreensão, “esquerda” e “direita” cumpririam a função de indicar programas contrapostos em relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente a ação política, e portanto, contrastes não só de ideias, mas de interesses e de valorações (*valutazion*) a respeito da direção a ser seguida pela sociedade.

Nas palavras do autor, o “critério para distinguir a direita da esquerda é a diversa apreciação [*apprezzamento*] da idéia da igualdade, e que o critério para distinguir a ala moderada da ala extremista, tanto na direita quanto na esquerda, é diversa postura [*attegiamento*] diante da liberdade”(Bobbio, 1995, p. 118). Esta elaboração, se deve ao fato de que para além da díade “direita e esquerda”, originam-se uma pluralidade de ideias que se cruzam no panorama político mundial constituindo outras designações que intencionam dar conta de explicar minimamente o complexo emaranhado que se expressa no âmbito do real. E na tentativa de superar a mera dicotomia, Bobbio apontou alguns dos elementos de interação entre os campos, esquematizando-os da seguinte forma: “extrema-esquerda (igualitários e autoritários), centro-esquerda (igualitários e libertários), centro-direita (libertários e inigualitários) e extrema-direita (antiliberais e antiigualitários)” (Pereira, 2019, p.77).

A partir da ideia de igualdade e liberdade foram elaborados os critérios diferenciadores do conjunto que se insere nos pólos direita e esquerda, levando-se em conta também, a necessidade de selecionar critérios capazes de diferenciar a ala moderada da ala extremista. Desse modo, igualdade/desigualdade foram utilizadas para diferenciar a esquerda e a direita, enquanto que a liberdade permitiu distinguir dentro de um mesmo campo do espectro, os extremistas e os moderados.

Portanto, o que demarca a fronteira entre as correntes políticas reside no princípio do igualitarismo, que sublinha que o lema central das demandas da esquerda trata-se da supressão da propriedade privada, percebida como um entrave primordial para a instauração de uma ordem social igualitária fundamentada nas necessidades coletivas e não individuais. E por essa

via interpretativa, a esquerda estaria a contemplar os indivíduos que questionam ativamente as disparidades e antagonismos resultantes das interações sociais que derivam do modelo social capitalista vigente. Logo, por contraste, a direita estaria a endossar a propriedade privada como um direito imutável e inquestionável (Pereira, 2019, p.78).

No entendimento conceitual de Pereira (2019), a medida que a direita estaria posicionada dentro do conjunto das forças sociais pró capitalismo, a esquerda estaria dentro do conjunto das forças sociais anticapitalistas. A esquerda, portanto, não pode ser reduzida “à presença unívoca das forças presentes no interior do movimento socialista mundial”, no entanto, historicamente, o movimento socialista deteve a hegemonia do campo da esquerda, “antes mesmo de tornar-se expressão da organização autônoma do movimento da classe trabalhadora moderna, quando o movimento operário reclama sua independência organizativa em relação à burguesia, a partir de meados do século XIX” (Marx; Engels, [1848] 2010, apud Pereira, 2019).

Quando se trata do campo das direitas, importa reconhecer que estão distantes de ser, “um bloco uno e fechado”. Pois historicamente integram uma família ideológica fragmentada “em uma diversidade de tendências, grupos, movimentos e lemas, que variam conforme o contexto, a época e as relações vigentes”(Dibai, 2018, p.24).

No entanto, as direitas tradicionais estão muito bem posicionadas e situadas no campo da institucionalidade, das regras estabelecidas, diferenciando-se das forças extremistas que banalizam e descredenciam as instituições. Detalhe para a fluidez dessa diferenciação, pois a direita, a depender do grau de crise de acumulação capitalista não prescindirá do extremismo se lhe for conveniente.

Assim, estão formadas “por um conjunto de partes desiguais, que, mesmo com diferenças entre si, acabam convergindo em torno de certas perspectivas, ideias e/ou ações, de maneira a formar uma imensa – porém diversa, ambígua e dinâmica – constelação ideológica” (Dibai, 2018, p.24).

A partir da influência americana, com surgimento da emblemática figura de Donald Trump e a pandemia de Covid-19, as direitas se auto organizaram, adotando “novas faces que se confundem com as antigas e, ao mesmo tempo, rompem com elas”. Esse processo de reconfiguração fez despontar uma infinidade de matizes direitistas com pautas e condutas diversas. Surgiram “direitas alternativas, direitas neorreacionárias, ultradireitas, direitas pós-fascistas, fundamentalismos religiosos, anarco-capitalistas”, e todos esses setores passaram das margens completas do sistema político para lugares de importância relativa no Norte Global” (Tricontinental, 2021).

Durante um longo período da história, a extrema-direita, ao ser referenciada, esteve constantemente associada às trágicas experiências do fascismo italiano e do nazifascismo alemão, abrangendo características como: irracionalismo, nacionalismo, defesa de valores e instituições tradicionais, intolerância à diversidade cultural, étnica, sexual, anticomunismo, machismo, violência em nome da defesa de uma comunidade/raça considerada superior (Silva et al., 2014), distanciando-se da direita tradicional.

Ainda que em relação às raízes de seu pensamento denote uma origem muito antiga, que deriva desde os tempos medievais, sua notoriedade no campo político contemporâneo, deve-se a ascensão de partidos, movimentos e - em casos especiais - governantes identificados com uma ética, ideias e práticas irracionalistas que ressurgem por meio das forças desse espectro político.

Entre as obras mais atuais que auxiliam no processo de compreensão desse fenômeno que ascende, encontra-se “The far right today” originalmente de Cas Mudde (2019), traduzida para o português por Thiago Dias da Silva para a “A extrema direita hoje” (2022), que aborda a temática de uma perspectiva geral e cronológica. Para o autor, embora não exista um consenso acadêmico a respeito da conceituação mais adequada acerca do que trate ser a extrema direita, em sua produção, buscou enfatizar que não há de sua parte, uma preocupação com o que denomina de direita tradicional, mas, antes de tudo, com a direita que denomina de antissistema. Neste ponto, apresenta-se os conceitos trazidos por ele.

A direita tradicional, segundo Mudde (2022), é aquela dos conservadores ou dos liberais/ libertários, enquanto a extrema direita considerada antissistema, seria aquela que se posiciona de forma hostil dentro da democracia liberal. A partir de sua colocação surge a seguinte questão: não seria a extrema-direita - apontada pelo autor como antissistema - também conservadora? Para entender a referida conceitual, é preciso refletir sobre a divisão conceitual elaborada por Mudde, em que ele divide a extrema-direita em dois subgrupos principais: a direitaulttraradical e a direitaradical. Em suas palavras,

A direita ultraradical rejeita a própria essência da democracia, ou seja, a soberania popular e o governo da maioria. O exemplo mais infame de direita ultraradical é o fascismo, que levou o Führer alemão Adolf Hitler e o Duce italiano Benito Mussolini ao poder, e foi responsável pela guerra mais destrutiva da história. A direita radical aceita a essência da democracia, mas se opõe a elementos fundamentais da democracia liberal, notadamente os direitos das minorias, o Estado de Direito e a separação de poderes. Ambos os subgrupos se opõem ao consenso liberal-democrático do pós-guerra, mas de maneiras fundamentalmente diferentes. Enquanto a direitaulttraradical é revolucionária, a direita radical é mais reformista. Essencialmente, a direita radical confia no poder popular, e a direita ultraradical não (Mudde, 2022, s/p).

No estudo sobre o tema é muito comum encontrar uma infinidade de terminologias que por vezes se apresentam como sinônimas e em alguns casos com distinções relevantes para o debate. Para outros autores, como por exemplo Esther Solano (2018), a terminologia novas direitas é empregada para se referir a duas matrizes diferenciadas da extrema-direita: uma neoliberal e outra neoconservadora. Apesar de, tradicionalmente, estas duas matrizes apresentarem-se como separadas e com formas de organização que caminham em separado, atualmente é possível observar uma aproximação entre a ética neoliberal e a neoconservadora, em uma fértil convergência (Weyland, 2003, apud, Solano, 2018, p.7). Como evidenciado por Brown “Duas racionalidades inicialmente diferentes, mas aliadas numa dinâmica de poder” (Brown, 2006, apud Solano, 2018, p.7).

No século 21, a extrema direita que vinha crescendo desde as últimas décadas do 20, irrompeu graças às redes sociais e à *Deep web*, e não só nos Estados Unidos. Hoje recebe nomes diversos: *alt-right*, *far-right*, *extreme right* etc. Congrega milícias (como *Oath Keepers*, *Proud Boys*, *Three Percenters*), grupos cristãos diversos (muitos anticatólicos), neo-nazistas, como o *Creativity Movement*, entre outros. <https://jornal.usp.br/artigos/a-invasao-do-capitolio-a-luz-da-historia-a-extrema-direita-como-uma-das-tradicoes-dos-estados-unidos/>

O levante da extrema-direita na atualidade está relacionado a uma multiplicidade de fenômenos, tais como: crise econômica e institucional; insatisfação com a corrupção e com a política tradicional; influência de movimentos semelhantes noutros países; ao mesmo tempo em que ainda se relaciona com a “esquizofrenia coletiva” de combate ao comunismo/bolivarianismo, e o “enfraquecimento e desarticulação da esquerda antifascista”, como apontou Lowy (2019). E, ainda que venha se reconfigurando, encontra-se permeada por certa heterogeneidade, que resulta em formas de expressão díspares entre si, bem como uma variação do conteúdo ideológico, a depender do tempo e espaço. Portanto, não se trata de um ente político homogêneo, idêntico no curso linear da história, ao passo que difere-se em uma série de fatores, a começar pela maneira que se organiza e se mobiliza no contexto social. Desse modo, pode apresentar-se através de diferentes tipos de organizações, como partidos, organizações ligadas a movimentos sociais e subculturas, bem como, envolver-se em diversos tipos de atividades, como eleições, manifestações e atos de violência, simultaneamente. É possível identificar que uma parcela desses grupos e subculturas estão organizados em globais, nacionais, e em sua maioria apenas regionais ou mesmo locais (Mudde, 2022).

Durante o período pós-guerra, especificamente entre 1945 e 2000, a extrema direita se sustentou na Europa Ocidental a partir de três ondas¹⁷. A primeira delas, caracterizada como

¹⁷ Em 1988, o cientista político alemão Klaus von Beyme identificou três ondas de extrema direita na Europa ocidental do pós-guerra. Embora haja alguma discordância a respeito das características específicas de cada onda

neofascista, se estruturou com o fim da segunda guerra mundial, através de partidos e movimentos que compactuavam com as ideias fascistas e nazistas. Entre 1955 até 1980, o populismo de direita e a direita radical marcaram a segunda onda, expressando-se por meio do anticomunismo, do machismo exarcebado, da oposição aos direitos das minorias, como a população negra e imigrante, e com origem em países colonizados, bem como a elaboração de críticas às elites políticas e econômicas. A terceira ocorreu entre 1980 e 2000 e é caracterizada pela entrada da extrema direita nos parlamentos, após capitalizarem em relação à crise econômica e migratória do fim do século XX. No entanto, devido ao alargamento do cenário de crises a nível internacional, instaurou-se uma quarta onda com a chegada do novo milênio, conformando a extrema direita como força relevante no século XXI, em face das crises éticas, políticas, econômicas, ambientais, migratórias e de segurança (Mudde, 2022).

À medida que passou a oferecer soluções simplistas e ilusórias ao desespero ontológico experimentado por muitos, ao medo global persistente e à nostalgia conservadora, se expandiu “as narrativas do muro, da islamofobia, do “bandido bom é bandido morto””, ganhando adesão em um panorama no qual a pós-democracia demonstrou a sua incapacidade em oferecer respostas adequadas “aos milhões de sujeitos descartáveis, pauperizados e fadados a um não-lugar, a um não-pertencimento sociopolítico”(Solano, 2018, p. 8). E neste cenário, essa extrema direita encontra-se intimamente conectada à uma elite política tradicional, e em um número crescente de países, vem tornando-se a própria elite política (Mudde, 2019). Mas e no caso brasileiro, que elite política é essa?

Para o historiador Lincoln Secco (2022), “as primeiras organizações da extrema-direita brasileira são contemporâneas da ascensão dos movimentos europeus de índole idêntica nos anos 1920.” Embora na década de 1930 essas organizações tenham se massificado, a Ação Integralista Brasileira ganhou destaque por “mobilizar centenas de milhares de pessoas em torno de uma modalidade de fascismo”. E por essa razão, torna-se importante retornar a historicidade desse período, com o intuito de resgatar memórias e significados diante do atual contexto de ascensão da extrema-direita brasileira - entendida por muitos como de cunho fascista ou neofascista - a partir da figura de Bolsonaro.

e das épocas que correspondem a cada uma delas, o modelo de Beyme nos oferece ao menos uma ideia preliminar de como a extrema direita se sustentou durante a segunda metade do século XX.(Mudde, 2022, s/p).

3 FASCISMOS À BRASILEIRA - A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?

Antes de adentrar ao terreno do integralismo, como ante sala do atual contexto, considera-se importante, por uma questão de ordem metodológica, apresentar brevemente o debate que há tempos vem sendo realizado acerca da possibilidade ou não de ocorrência do fascismo em outras esferas territoriais, mas que se intensificou diante do crescimento de partidos, movimentos e governos comumente intitulados como fascistas no cenário contemporâneo.

Grande parte dos estudiosos que se propuseram a investigar o fascismo desde sua gênese, buscaram contemplar seus antecedentes, sua natureza, seus impactos sociais e remanescentes. Enquanto uns se detiveram em explicações que restringem o fenômeno ao cenário europeu, outros analisaram fatos históricos e contradições de eventos ocorridos em outros continentes, levando-se em conta a dinamicidade das variáveis que não se desenvolvem de maneira equânime em todos os espaços, e que ainda assim podem materializar-se no fascismo. E em razão disso, ao abordar o tema não é surpresa encontrar produções e autores, de liberais à marxistas, que se debruçaram sobre diferentes explicações acerca deste conteúdo¹⁸, o que, desde já, impõe alguns limites à capacidade analítica deste trabalho. Em que pese essa infinidade de perspectivas e produções, importa sublinhar que em decorrência da onda de interpretações eurocêntricas, ainda vigoram muitas indagações e posições contrárias a respeito da probabilidade de recorrência do fascismo na América Latina, incluindo o Brasil. A exemplo, nos últimos quatro anos que antecederam o atual governo Lula - mandato de 2023-2026 - muitos intelectuais retornaram a realizar esse debate em decorrência da conjuntura bolsonarista.

Para autores como Viana (2019), a palavra “fascista” carrega um alto teor explosivo, que tem sido frequentemente usada como arma na luta política pela esquerda, para efeito de agitação. Considera o caso brasileiro, em referência ao bolsonarismo, “um exemplo do mau uso

¹⁸ Robert Paxton(2007) elaborou um ensaio bibliográfico contendo uma seleção pessoal de obras que lhe foram úteis nos estudos sobre o fascismo. Devido a infinidade bibliográfica acerca do tema, se baseou principalmente nas publicações que marcaram os pontos de transição; definiram interpretações importantes, e cobriram aspectos essenciais com autoridade intelectual. Quando se trata do Brasil, define como a melhor introdução sobre o fascismo a obra do historiador Thomas E. Skidmore, *Brazil: Five Century of Change*. Nova York: Oxford University Press, 1999; e *Politics in Brazil 1930-1964, An Experiment in Democracy*. Nova York: Oxford University Press, 1967. Ainda, como o mais detalhado estudo sobre Vargas e os integralistas a obra de Sandra McGee Deutsch, *Las Derechas: The Extreme Right in Argentina, Brazil and Chile*, Stanford,CA:Stanford University Press, 1999, bem como Robert M.Levine, *The Vargas Regime: The Critical Years, 1934-1938*. Nova York: Columbia University Press, 1970, e *Father of The Poor? Vargas and His Era*. Cambridge: University Press, 1998. Hélió Trindade, *Fascism and Authoritarianism in Brazil under Vargas(1930-1945)*, e também em Larsen , ed, *Fascism Outside Europe*, p. 469-528, que trata do integralismo(Paxton, 2007, p.363- 406).

do termo fascismo, bem como do seu abuso”. Ao expor tal perspectiva, defende que “um fascismo no Brasil é algo quase impossível”, por se tratar de “um fenômeno que surge em momentos de crise de um regime de acumulação ou do capitalismo e nos países imperialistas”(Viana, 2019, p.31). E portanto, empregar o termo para explicar o contexto brasileiro, seria demasiado e inapropriado. Com efeito, este uso, estaria impedindo a utilização do conceito “com o necessário rigor científico” e a extração de “todas as vantagens políticas de uma análise realista e diferenciada dos movimentos das forças que lhe são adversas”. Sob sua ótica o fascismo é a própria

antecâmara da guerra, uma arma do imperialismo. Logo, o fascismo surge em países imperialistas ou potencialmente imperialistas. É sua característica ser não apenas nacionalista, mas imperialista, integral e totalitário. Na América Latina existiram ditaduras, mas não fascismo. E a razão disso é que a América Latina é composta por países de capitalismo subordinado, possuindo uma burguesia subordinada ao capital transnacional e ela não pode se livrar dele, e nem é seu interesse. Sem dúvida, pode existir discursos, grupos, etc., que se dizem fascistas ou neonazistas. No entanto, são nada mais do que fenômenos natimortos. O fascismo é um nacionalismo imperialista, expansionista, e, portanto, só pode surgir em certos países, bem como, para conseguir chegar ao poder, somente em certas condições históricas. Na sociedade brasileira, podem surgir cópias mal feitas, usos de alguns aspectos secundários da doutrina fascista, mas não o fascismo de forma integral, ou seja, no seu sentido autêntico. (Viana, 2019, p.31-32).

Em contrapartida a essa visão, Boito (2019) caracteriza o movimento de apoio a Bolsonaro e o seu governo como neofascistas. Além disso, chama a atenção para a diferenciação entre os seguintes fenômenos: governo fascista e ditadura fascista. Desse modo, evidencia sua posição intelectual, em que entende que um governo que é fascista pode vir a tornar-se uma ditadura fascista.

No entanto, justamente essa ausência de consenso sobre a interpretação de eventos latinoamericanos caracterizarem ou não fascismo, acrescido das inúmeras críticas àqueles que aderem determinadas posições, criam uma enorme confusão, para além do campo conceitual, que impede a leitura fidedigna do que tem se desenvolvido na atualidade junto ao ascenso de movimentos e governos que evidenciam características fascistas.

Evidencia-se que, embora o fascismo tenha sido supostamente derrotado no final da Segunda Guerra Mundial, desde então, algumas linhas teóricas sustentam que ele emergiu em diversas formas e contextos em todo o mundo. Como muito bem explicou Poulantzas (1972, p.6),

Os fascismos, como, aliás, os outros regimes de exceção - não são fenômenos limitados no tempo. Podem bem ressurgir atualmente, mesmo nos países da área europeia, na medida em que se assiste a uma crise grave do imperialismo, crise que atinge o seu próprio centro. O ressurgimento, pois, do fascismo continua possível, sobretudo hoje - mesmo que, provavelmente, não se revista agora exatamente das mesmas formas históricas de que se revestiu no passado, é evidente que estes

problemas nada têm de acadêmico e que são, pelo contrário, de uma grande importância política.

Uma outra abordagem, proposta por Federico Finchelstein (2019), defende que o fascismo não se manifestou apenas em solo europeu, mas em partes da América Latina. E que tanto as ideias e práticas que derivam dele também existiram em outras partes do globo, como Oriente Médio e Ásia.

Para Finchelstein (2019, p.37) se tratando de termos históricos, o fascismo pode ser definido

como uma ideologia mundial com movimentos e regimes nacionais. O fascismo foi um fenômeno internacional dentro e fora da Europa. Como formação contrarrevolucionária moderna, era ultranacionalista, antiliberal e antimarxista. O fascismo, em suma, não foi um simples movimento reacionário. Seu principal objetivo era destruir a democracia a partir de dentro para criar uma ditadura moderna do topo para a base. Foi produto de uma crise econômica do capitalismo e de uma concomitante crise de representação democrática.

Sendo o fascismo um produto do capitalismo monopolista e imperialista (Mandel, 1976), ainda no contexto da atualidade pode apresentar certas características preponderantes que relembram os processos passados, a exemplo o antimarxismo ou anticomunismo. Com razão, Finchelstein (2019), contesta interpretações que sob sua ótica sustentam exatamente o referido modelo eurocêntrico do fascismo, que defende que fascistas de outros contextos e territórios não poderiam ser assim intitulados. Em sua análise pontua que a identificação de neofascistas e populistas de extrema-direita com movimentos do passado reformulou o legado ditatorial do fascismo para os novos tempos democráticos, o que é fundamental para compreender as ligações entre o passado e o presente. (Finchelstein, 2019, p.9-10) Ademais, importa destacar que os movimentos de extrema-direita “aprenderam a moderar sua linguagem, a abandonar o simbolismo do fascismo clássico e a parecerem ‘normais’” (Paxton, 2007, p. 334-35).

Como explicou Martins (2022, p.13)

o declínio do liberalismo, ideologia de preferência do grande capital, é de fato um elemento chave para a ascensão do fascismo, mas a projeção deste como solução para a crise ideológica ao invés do restabelecimento de formas pretéritas como a monarquia e a aristocracia, relaciona-se com a existência de uma nova classe social como ameaça, o proletariado, e requer para combatê-lo uma síntese híbrida entre a apropriação específica de instrumentos institucionais modernos criados pelo próprio liberalismo e o direcionamento da flecha do tempo ao passado para recriá-lo de forma distinta, na tentativa de destruir e controlar processos sociais estabelecidos pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas.

Na concepção de Martins (2022, p.19), a conjuntura fascista “contemporânea está vinculada a crises articuladas que nos inscrevem em um contexto de caos sistêmico marcado

pela crise da civilização capitalista, da hegemonia dos Estados Unidos e do padrão de acumulação neoliberal. Neste contexto, embora projetos distintos se choquem, o fascismo “apresenta-se cada vez mais como uma força internacional orientada a liderar a confrontação e oposição ao socialismo, ao anti-imperialismo, ao empoderamento¹⁹ e organização dos trabalhadores.”

3.1 INTEGRALISMO, O FASCISMO BRASILEIRO

Na década de 1930, a sociedade brasileira enfrentava uma crescente disseminação de ideias fascistas caracterizadas por uma orientação política radical de direita. Ao mesmo tempo, despontavam revistas e movimentos ideológicos com tendências fascistas, monarquistas ou corporativistas, evidenciando a aceitação e receptividade das concepções autoritárias da época (Trindade, 1974).

Em meio à efervescência política em que Getúlio Vargas tomava o poder por meio de um golpe político e instituíu o Estado Novo - emergia um “novo” movimento difundindo seus ideais e expandindo-se por todo o território. Ainda que denominando-se de Ação Integralista Brasileira (AIB), veio tornar-se conhecido como “o principal movimento fascista na América Latina e talvez o mais bem-sucedido fora da Europa” (Pinto, 1994). Criado oficialmente em 1932, foi um grupo político de base cristã, que tinha como propósito a formação de um grande movimento nacional.

O posto de principal líder e fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB) foi ocupado pelo intelectual paulista Plínio Salgado, que compartilhou a posição de destaque com outras figuras, como Gustavo Barroso e Miguel Reale, formando o que ficou comumente conhecido como a tríade integralista (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

A apresentação oficial da Ação Integralista Brasileira (AIB), foi realizada por meio do Manifesto de Outubro de 1932, um documento de cunho político-ideológico, responsável por fundar a organização e levar ao conhecimento da sociedade as principais propostas e conceitos fundamentais do movimento, como a defesa de um Estado integral e orgânico responsável por promover a unidade das forças produtivas do país; a valorização da hierarquia, disciplina e da supremacia do Estado como formas de organização social; a valorização do trabalho como fator

¹⁹ Embora Martins utilize em seu texto a palavra “empoderamento”, este trabalho entende que a palavra emancipação representaria melhor a abordagem interpretativa que decorre do serviço social. No entanto, mesmo assim, optou-se por usar o trecho sendo fiel à colocação do autor, que em maior parte expressa bem a ideia que o trabalho almeja transmitir.

de desenvolvimento econômico e social e da cultura e tradições nacionais, como elementos formadores da identidade brasileira.

De acordo com o próprio movimento, o que se pretendia, era a realização de um

Estado Integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos; estadualismos em luta pela hegemonia; lutas de classes; facções locais; caudilhismos; economia desorganizada; antagonismos de militares e civis; antagonismos entre milícias estaduais e do Exército; entre o governo e o povo; entre o governo e os intelectuais; entre estes e a massa popular [...] fazer funcionar os poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), segundo os impositivos da Nação Organizada, com bases nas Classes Produtoras, no Município e na Família. Pretendemos criar a suprema autoridade da Nação (Memorial da Democracia, 2024).

Embora o movimento se afirmasse como “genuinamente brasileiro” e rejeitasse a existência de relações e inspirações políticas com outros grupos, não existia originalidade em seu discurso. A concepção do projeto idealizado por Salgado resultava da conexão com o “catolicismo social, a Ação Francesa (Action Française – AF), o Integralismo Lusitano (IL) e o fascismo italiano” (Gonçalves, 2017). Especialmente o último, a partir da figura de Benito Mussolini, exerceu enorme influência sobre o movimento brasileiro.

Na visão de Natália Reis Cruz (2012, p.192) ao mesmo tempo em que o integralismo estava imbuído das características básicas atribuídas aos movimentos conceituados como fascismo (autoritarismo, racismo, antiliberalismo, anticomunismo, corporativismo, etc.), expressava especificidades relacionadas ao contexto histórico, social e cultural brasileiro.

A autora explica que o movimento constituiu emblema próprio, saudação própria, e a figura de um líder - representado pelo seu próprio fundador - Plínio Salgado. Centrava-se na defesa de “Deus, Pátria e Família”; vestia as camisas verdes como indumentária; fazia uso do símbolo grego sigma (Σ); e emitia o grito Anauê! em defesa do nacionalismo. Enxergava na revolução a possibilidade de “retorno dos valores espirituais da Idade Média, e até mesmo de algumas concepções organizativas da sociedade medieval, como o corporativismo, com o objetivo de ordenar a nova sociedade que se queria construir” (Reis Cruz, 2012, p.191).

A extinção da AIB veio a ocorrer somente após o decreto do Estado Novo em 1937, fato este que representou o real fim do integralismo. Segundo Gonçalves e Caldeira Netto (2020), mesmo após o exílio em Portugal, Plínio Salgado manteve sua busca desesperada por alternativas que o auxiliassem na continuidade do movimento, inclusive levou a cabo a tentativa de aliança com os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, ainda que de forma clandestina, o movimento e suas ideias continuaram a existir e a explorar outras possibilidades de reestruturação. Posteriormente, com o retorno de Plínio Salgado ao Brasil, os resquícios da Ação Integralista Brasileira (AIB) resultaram na fundação do Partido de Representação Popular (PRP) em âmbito nacional, em 26 de setembro

de 1945. Alguns anos depois, Salgado chegou a disputar a eleição presidencial de 1955, recebendo cerca de 8% dos votos.

Todavia, após a morte de Salgado em 1975, o integralismo se fragilizou. Havia ausência de unidade entre os integrantes, e os militantes perderam sua referência. “Com a morte do líder, o vazio da liderança passou a ser disputado por gerações futuras, causando impacto na sociedade contemporânea, principalmente com neointegralistas,” que buscaram “manter o movimento vivo e ativo.” (Christofoletti, 2021, p.8)

Secco (2022, p.1) enfatiza que, de forma geral, “os integralistas eram tolerados pelas autoridades mesmo quando se envolviam em ações ilegais e muitos foram oficiais superiores das Forças Armadas que participaram ativamente do golpe de 1964, que derrubou o Presidente de centro-esquerda João Goulart”.

Após uma trajetória de 20 anos, o Partido de Representação Popular (PRP) que atuou no cenário político até 1965, assim como os demais partidos ativos na época, acabou por ser extinto em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional nº 2. durante o implemento do golpe empresarial militar. Ressalta-se que, os integralistas participaram desse processo, migraram para o que um pouco mais adiante no curso dos acontecimentos viria a ser o partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Muitos fatos ocorridos durante a década de sessenta no Brasil moldaram o curso político do país em relação às décadas seguintes. Uma década marcada por intensa polarização política, pelo crescimento dos movimentos sociais, - desde os progressistas aos mais conservadores - diversas lutas que vinham sendo travadas pela classe trabalhadora desde a era varguista, e regime militar.

E exatamente por volta 1960, Plínio Salgado fundou a entidade Tradição, Família e Propriedade (TFP)²⁰, que estava composta principalmente por membros da elite conservadora e da Igreja Católica que participavam ativamente da vida política do país. Aspirantes de uma visão tradicionalista, o movimento integralista desempenhou um papel central na articulação da ideologia e das estratégias da TFP, que em defesa das ideias conservadoras, organizou uma marcha na cidade do Rio de Janeiro, reunindo milhares de seus seguidores em uma demonstração que ficou conhecida como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

²⁰Durante todo o período ditatorial, a TFP apoiou o regime, que via como uma proteção contra o comunismo. A organização articulou diversas campanhas com conotação política e religiosa. Em 1966, por exemplo, coletou assinaturas contra o divórcio e, em 1968, pela expulsão da Igreja Católica dos padres considerados comunistas. Apesar de menos significativa, a TFP voltou a aparecer recentemente no campo político, se posicionando contra questões como os direitos LGBTs e a descriminalização do aborto. (São Paulo, 2024)

Realizada juntamente com o apoio de setores da classe média e da alta hierarquia militar como uma reação ao discurso do ex-presidente João Goulart, na Central do Brasil, essa marcha clamou às Forças Armadas por uma intervenção ‘salvadora das instituições, e em razão disso, carrega ainda nos tempos atuais o simbolismo de evento proeminente na consolidação de apoio e legitimação da implementação do regime que viria a ser forjado alguns dias depois.

Com o início do golpe empresarial militar em 1964, vários setores conservadores e autoritários da sociedade se aliaram aos militares objetivando instaurar um projeto político baseado na repressão, na censura e na perseguição política, que resultaria em inúmeros assassinatos e desaparecimentos.

Cabe salientar que o referido golpe empresarial, como Comparato (2020) classificou, se deu a partir de um consórcio entre militares, latifundiários, banqueiros e empresários e, ainda com o apoio dos EUA que assessorou, formou e garantiu política e militarmente a inauguração de um terrorismo de Estado. Chama-se a atenção para o fato de que as disputas não se efetivaram no plano ideo-político sem bases econômicas próprias, mas vinculadas à dinâmica global do desenvolvimento capitalista. O regime foi instrumentalizado a partir “das tendências centralizadoras do grande capital nacional e imperialista, para aprofundar a submissão da economia nacional ao imperialismo (domínio mundial do capital financeiro), e o disciplinamento dos diversos Estados à União” (Coggiola, 2021 p.10).

Não obstante, predominou “a dedicação de militares a uma «guerra cultural» contra a esquerda” que passou a se intensificar na década de 1980. “Segundo um documento militar da época, a esquerda conquistaria o poder através dos intelectuais que atuavam na Igreja, editoras, universidades, etc”. E para os defensores dessa ideia a teologia da libertação não passava de “uma doutrina política disfarçada de crença religiosa; a arte, os livros e os currículos escolares seriam modificados pelos teóricos marxistas travestidos de educadores” (Secco, 2018, p. 2).

Isso ficou patente na elaboração de um calhamaço encomendado pelo Centro de Informações do Exército, chamado Orvil – Tentativas de Tomada do Poder. A «nova» doutrina militar criava uma justificativa para combater outra suposta tentativa de tomada do poder pelos comunistas que estaria em curso no país (Secco, 2018, p. 2).

Não somente no Brasil, mas na história mundial, o combate ao comunismo transformou-se no postulado ideológico fundamental aos movimentos de direita, como um fantasma ou um inimigo perigoso a ser combatido.

Cabe ainda ressaltar que o período da ditadura militar foi acometido de fases distintas, embora todo ele marcado pela repressão, cassação de direitos, mortes e prisões políticas. Entre 1964 e 1968 a ditadura manteve alguns mecanismos de Estado funcionando de forma controlada, como o caso do Congresso Nacional. A partir de 1968, com a ascensão mundial de

movimentos que questionaram a ordem do capital, mas também expandindo para a liberdade política, contra a guerra do Vietnã, sob intervenção dos EUA, entre outras mobilizações, a resistência no Brasil, diante da impossibilidade inclusive de denunciar as consequências da ditadura, precisou apostar em formas mais ofensivas e de ação direta em defesa da democracia e liberdade. A reação do aparato ditatorial foi imediato e cruel.

O período entre 1968 e 1973 ficou conhecido como os “Anos de Chumbo” e se manteve em razão do crescimento econômico internacional. A desestabilização do regime militar, ainda que com mobilização popular e denúncias internacionais, também se explica pela crise do petróleo a partir de 1973, cercado de crises inflacionárias e manifestações que indicavam o esgotamento do regime militar.

Chegado ao fim do regime, e em decorrência do processo de redemocratização, parte dos grupos reacionários perderam força, mas, de forma estratégica, seus remanescentes ideológicos permaneceram alojados nos porões da sociedade.

No novo horizonte social e político, que de novo pouco tinha, estabelecido pela Constituição de 1988, permaneceram os mesmos valores tradicionais; conservadores; pautados na defesa da ordem, da religião, da família e da propriedade.

E embora se pensasse que diante de um contexto futuro certos grupos como os neo-integralistas e outros de extrema-direita não pudessem representar perigo algum à democracia brasileira, a simples existência deles fez adubar o solo das ideias reacionárias e fascistas que rondavam a sociedade.

Como Chico Buarque disse na música Vai Passar (1984) “Num tempo/ Página infeliz da nossa história/Passagem desbotada na memória/ Das nossas novas gerações...”. O fato de o período da ditadura empresarial-militar não ter sido expurgado da memória histórica, ainda que não seja suficiente para explicar o contexto contemporâneo, tampouco pode ser minimizado para explicar a explosão reacionária em solo brasileiro dos últimos tempos, especialmente no que diz respeito à tomada golpista ao exercício do governo.

3.2 BOLSONARISMO OU “NEO”FASCISMO

Como mencionado anteriormente, no Brasil prevalece a discussão acerca da nomenclatura mais adequada a determinados movimentos de extrema-direita, como o bolsonarismo. E nessa linha alguns empreendem significativos esforços no sentido de analisarem a realidade do movimento, destemidos do uso dos conceitos de fascismo ou neofascismo. Ao passo que transitam por essa via, buscam identificar características específicas

que remontam ao modelo geral do fascismo, enquanto outros contestam o uso da terminologia para explicar o crescimento das forças bolsonaristas que disseminaram o ódio no Brasil.

Schargel (2022), enfatiza que um dos argumentos contra essa equivalência do fascismo atual ao fascismo clássico, baseia-se no caráter liberal de alguns desses movimentos atuais. No entanto, lembra que o antiliberalismo foi “forçado a conceder espaços para uma coligação liberal-conservadora em um primeiro momento no poder.” Noutras palavras, ainda que os fascismos se declarassem contrários ao liberalismo em todos os âmbitos, implementaram-no em relação a parte econômica.

Para Guimarães e Pereira (2020), existem características relevantes quando se trata das diferenças e similaridades entre o fascismo clássico e esse neofascismo que ressurgiu na atualidade. Na abordagem da violência o fascismo “criava um poder paramilitar uniformizado e padronizado (a exemplo dos emblemáticos Camisas Negras 7) como ferramenta de opressão e violência,” enquanto que “os neofascistas optam por maneiras mais difusas de disseminar suas ideias, atacando pequenos grupos ou indivíduos que de alguma forma represente oposição”. No caso do bolsonarismo, isso ocorreu,

sobretudo através das mídias sociais, com grupos organizados e por apoiadores individualmente, principalmente pelas redes sociais do Presidente Jair Bolsonaro. O mesmo coleciona falas polêmicas, violentas, preconceituosas e de ódio, que incitam e encorajam grupos e pessoas a atacar personalidades famosas de oposição e perfis civis. É importante salientar que a violência simbólica não aparece como unívoca no neofascismo; a violência física também é marca de grande expressão, tal como foi vista durante o próprio período das eleições presidenciais. Outro aspecto que diferencia o fascismo clássico do movimento neofascista: a exaltação indiscriminada da burguesia. Enquanto o primeiro discursava a respeito do antielitismo, priorizando o proletariado (pelo menos na retórica), o segundo, principalmente no Brasil, une violência e autoritarismo (comum no fascismo, unido ao discurso do empreendedorismo). Para o neofascismo, a idealização do homem de bem é trabalhar e empreender, tendo como mote a exaltação da meritocracia, sem a dependência do Estado (Guimarães e Pereira, 2020, p.8).

Em um estudo publicado em conjunto com outros autores, Singer (2020) afirma que o bolsonarismo emergiu como uma atualização dos discursos e estratégias do fascismo brasileiro, especificamente do integralismo liderado por Plínio Salgado. Salvo as diferenças entre esses dois movimentos, pressupõe que “o bolsonarismo está mais próximo das características do integralismo que da direita conservadora tradicional”, pois, ambos os movimentos representam um fenômeno mobilizador que emerge de baixo para cima (Singer et al., 2020).

Ainda que exista uma onda de movimentos e governos de extrema-direita em diversas regiões do mundo, apenas alguns podem ser caracterizados como fascistas, a exemplo, o governo Bolsonaro (Boito, 2019).

3.3 A INCISIVA NEOFASCISTA ULTRANEOLIBERAL

O impulso tomado pelo ideário neofascista nos últimos anos está coadunado ao neoliberalismo. Portanto falar de extrema direita impõe adentrar os modelos que formam a base da hegemonia do capital. Como demonstrou Guimarães e Pereira (2020) o fascismo e o neoliberalismo são utilizados para o restabelecimento econômico em prol do grande capital e em detrimento da classe trabalhadora se apresenta como uma das características centrais do governo Bolsonaro.

Nesse sentido, o ideário neofascista contribui para “escamotear a força brutal com que a extrema direita impulsiona a agenda ultraneoliberal” (Guimarães e Pereira, 2020, p.31). Ao mesmo tempo, existe uma interconexão e influência mútua entre eles, que em parte se desenvolve pela convergência de interesses entre esses grupos, que independente das particularidades, possuem duas características marcantes: a defesa de soluções capitalistas para as crises (ultraneoliberalismo), e a destruição de resistências populares em oposição a esse projeto.

A clássica metáfora da "mão invisível" de Adam Smith que sugeriu que os indivíduos ao perseguirem seus próprios interesses estariam involuntariamente contribuindo para o desenvolvimento econômico e a prosperidade geral não se sustentou exatamente dessa forma dentro da dinâmica capitalista. A lógica de que os mercados funcionam melhor quando livres da interferência governamental, dentro de um quadro de livre concorrência que resulta no bem-estar coletivo, foi superada a partir da adaptação dos modelos econômicos clássicos às contradições e ciclicidades do capital do século XX e início do XXI.

Quando o neoliberalismo se apresenta pela primeira vez na história em um contexto pós guerra, a partir de um texto escrito por Friedrich Hayek em 1944, intitulado o *Caminho da Servidão*, surge como “uma reação teórica e política contra o estado intervencionista e de bem-estar [...] um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado” (Anderson, 1995. p, 2). O seu predomínio, como prática e ideologia criou uma guerra sem fim contra a social-democracia, o levando a manter uma campanha inexorável contra tudo o que possa ser ou parecer social, de modo a priorizar tudo o que possa ser ou parecer econômico.

Na década de 1970, em decorrência de uma série de crises econômicas que afetaram os países capitalistas, o neoliberalismo adquiriu o status de ferramenta imprescindível no que tange a reestruturação do capitalismo global (Anderson, 1995). E desde o momento que o seu projeto passou a ser implementado em diversos países do mundo, especialmente a partir dos anos 1980,

gerou impactos sociais significativos na distribuição de renda, na desigualdade social e na precarização do trabalho. Sublinha-se que, foram as instituições financeiras internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, as responsáveis por contribuírem massivamente para a difusão das políticas neoliberais (Anderson, 1995).

No Brasil, o projeto neoliberal somente começou a ser instaurado a partir dos anos 1990 por meio das políticas econômicas implementadas pelo governo Fernando Collor de Melo, direcionando-se à privatização de estatais, a abertura comercial e financeira, e a redução dos gastos públicos, elegendo-se “com base em um projeto de "modernização" do país,” que de maneira genérica contemplou “uma integração subordinada do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado” (Antunes, 2005, p.16). Após o impeachment do presidente Collor e o término do mandato de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC) venceu as eleições de 1994 e deu continuidade à implementação das políticas neoliberais, “transformando uma parcela significativa do setor produtivo estatal em propriedade do capital transnacional”. Ademais, deu andamento na privatização de setores estatais, desregulamentação e flexibilização trabalhista, desindustrialização, resultando em maior informalidade, terceirização e desemprego. Esse contexto perdurou até o fim de 2002, alicerçado na justificativa de reformatação do Estado brasileiro por meio de ajuste fiscal, com a prioridade de manter o equilíbrio das contas do Estado.

Na disputa presidencial de 2002, embora Lula (PT) tenha vencido José Serra (PSDB), marcando a polarização política entre direita e esquerda, continuou as políticas neoliberais de FHC, mas com um adendo: introduziu políticas sociais para equilibrar os interesses de diferentes classes sociais. Durante seu segundo mandato ampliou programas sociais, como o Bolsa Família, aumentou o salário mínimo, conciliando os interesses da classe trabalhadora e beneficiando enormemente as diversas frações do grande capital

Além disso, a chegada do governo de Dilma Rousseff, eleita em 2011 e reeleita em 2014, seguiu a mesma linha política de Lula, mas enfrentou críticas por reduzir direitos trabalhistas e avançar com ajustes fiscais, até o momento em que viu minar sua base de apoio culminando no golpe de 2016 (Guimarães e Pereira, 2020)

Com a insuficiência dessas medidas na promoção do desenvolvimento econômico, a sociedade presenciou um aumento da concentração de renda, da precarização do trabalho e do enfraquecimento do Estado.

Como bem pontuado por Antunes (2005, p. 17-18),

[...] a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas

faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permanecem no mercado de trabalho formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades.

No entanto, as crises econômicas levaram a novas discussões sobre os limites e contradições do neoliberalismo. E especialmente a partir da crise financeira de 2008-2009 o mundo presenciou a credibilidade do modelo neoliberal ser colocada em xeque, refletindo as falhas e contradições da ferramenta apresentada como uma solução para os problemas do capitalismo (Anderson, 1995).

Muitas foram as causas dessa crise, que resultou principalmente do “prolongado processo de acumulação de capital combinado com a elevação progressiva da potência científica e tecnológica dos meios de produção” que foi responsável por promover uma revolução “que se expressou na explosão da informática, da química fina, da robótica e, hoje, chega ao ponto da inteligência artificial.” Ademais, “os sintomas dessa crise começaram a se apresentar em algumas décadas anteriores e, da periferia mundial, desenvolveu-se em direção ao centro do capitalismo mundial” (Castro, 2019, online).

Como explicou Martins (2022) no atual estágio de desenvolvimento e expansão do capitalismo, o neoliberalismo declina globalmente, ao passo que não é mais capaz de proporcionar os resultados favoráveis “em termos de crescimento econômico, emprego e redução da desigualdade para a América Latina, agravando os seus resultados negativos quando perde seus suportes econômicos, como a expansão do comércio internacional e dos fluxos internacionais de capital”. E portanto passa a ingressar em uma nova fase ultraneoliberal, que segundo Cislighi (2019), pode ser caracterizada pelo aprofundamento do neoliberalismo, implementado por meios de governos neofascistas ou ultraconservadores. Desse modo, pode ser entendido como uma intensificação das ideias e políticas do neoliberalismo. Uma abordagem que, embora mais radical, passou a ser defendida como a única solução para os problemas econômicos e sociais, às custas do bem-estar social.

Para que o grande capital continuasse a direcionar os rumos da sociedade, precisou se ater às estratégias de elaboração de novos instrumentos, concomitantemente ao processo de reciclagem das velhas e arcaicas ideias produzidas no curso da história. Nos dias atuais o capital se ampara na dimensão superestrutural para reorganizar as forças essenciais à manutenção da estrutura. Portanto as ideias do fascismo e neofascismo, são fortalecidas a partir do imaginário social, ante a ascensão da extrema-direita, evidenciam o esgotamento do consenso entre classes, e o conseqüente estágio atual dessa luta no país. Uma disputa acirrada pela hegemonia, sobretudo em face da crise estrutural do sistema capitalista, que gera um embate que culmina

na formação de um amplo bloco de interesses, embora não homogêneo, que atua na continuidade representativa da classe dominante, que sempre buscou afirmar sua posição em meio aos cenários de crise (Guimarães e Pereira, 2020).

Todos os contextos de crises políticas que se apresentaram no Brasil estão intimamente conectados à fase atual da crise capitalista (Martins, 2021). Desta maneira, evidencia-se um efeito looping, onde cenários de crises são produtores de fenômenos geradores de novas crises, em um curso quase que incessante.

Portanto, o neofascismo, não é a causa das crises, mas resultado e produto delas, especialmente a econômica. E deste modo se apresenta como um “remediador dos “males produzidos pelo capitalismo neoliberal financeirizado”, aguçando ainda mais a crise: a sua agenda econômica é uma radicalização do neoliberalismo (Druck e Filgueiras, 2020, online).

A partir da incisiva bolsonarista, uma agenda que fortaleceu o avanço neoliberal foi cumprida: “aprovação da contrarreforma da previdência e trabalhista, privatizações, flexibilização da legislação ambiental para fins de exploração, fomento da violência contra a oposição e amplo estímulo de medidas antidemocráticas” (Guimarães e Pereira, 2020, p.16).

A perversidade de sua gestão foi apontada em um relatório publicado pelo Inesc em abril de 2023, contendo o “*Balanço Geral dos Gastos da União – 2019-2022*”, com o título de “*Depois do Desmonte*”, que analisou os quatro anos de seu governo, demonstrando o quadro devastador para a população brasileira. A partir desse estudo, evidenciou-se o cenário de desmonte articulado em torno de quatro movimentos observados :

1) o de desestruturação do Executivo Federal e de sua entrega para forças privatizantes ou fundamentalistas; 2) o de eliminação física daquelas pessoas, das comunidades e dos povos que não interessam ao projeto fascista e à sua base política (pessoas empobrecidas, mulheres, negros, indígenas, quilombolas, adolescentes e jovens periféricos, adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, entre outros); 3) o de drenagem de recursos orçamentários para alimentar as eleições dos aliados; e 4) o de incompetência, devido a equipes totalmente despreparadas para os cargos que ocupam

Além disso, o relatório apontou que desde 2013 a gestão não apresentava um superávit primário, como o que foi apresentado no ano de 2022, de aproximadamente R\$ 54 bilhões. Um resultado fiscal alcançado às custas das mortes por Covid-19, da fome, da pobreza e do desemprego, que embora assustador, demonstra para além do simbolismo, o resultado da aliança fascista com a ultraneoliberal.

4 ALGUNS APONTAMENTOS E CONCLUSÕES

Primeiramente, há que se reconhecer que o processo de globalização capitalista, em seu estágio ultra avançado, amplia o sincretismo entre os fenômenos e, de muitas maneiras, ofusca a natureza em sua totalidade das problemáticas sociais. E por essa razão, no que tange ao pressuposto desse trabalho - para além das razões expostas anteriormente - que o processo investigativo foi fomentado pela necessidade de transpor a mera aparência dos fatos. Em decorrência, a partir do estudo das produções postas em análise, o complexo contexto contemporâneo de ascensão da extrema-direita impôs inúmeros desafios à empreitada, como por exemplo, o de sustentar determinadas posições interpretativas polêmicas acerca da dimensão fascista contemporânea dos movimentos e governos descolados do continente europeu, como o Bolsonarismo.

Ao iniciar esta pesquisa, não estava em questionamento a natureza fascista do bolsonarismo, pois vigorava o pressuposto que, diante de tantas atrocidades presenciadas em seu governo, ele não pudesse ser caracterizado de outra maneira, senão como fascista, ainda que se observasse a inexistência de consenso acadêmico sobre isso, em razão de um longo debate que vinha e ainda é realizado.

Desse modo, ao se deparar com as infinitas produções conceituais acerca do fascismo, bem como da possibilidade ou não de sua recorrência em outras conjunturas históricas, tamanha infinidade de sentidos e contrasentidos importaram mais uma difícil tarefa a esse propósito investigativo. Tanto a dedicação em buscar respostas absolutas, quanto a predileção pelas mais genéricas, ambos os casos, teceram algumas lacunas que não foram e nem serão preenchidas nesse momento. Embora em primeira pessoa, após finalizar esta pesquisa, ainda confirme o pressuposto inicial de que o governo Bolsonaro se tratou de uma tentativa de cunho fascista, o trabalho aponta para a possibilidade e necessidade de aprofundamento da temática, no sentido de qualificar o entendimento sobre a questão a partir da perspectiva do Serviço Social.

Em decorrência das reflexões conceituais expostas sobre o imenso arcabouço das direitas, especialmente as vinculadas ao polo extremista. Foi possível concluir que: o ascenso dessas forças na América Latina e Caribenha, independente do conteúdo ou matiz às quais estejam submetidas em um panorama conceitual, sejam elas denominadas de novas direitas, ultradireitas, extrema-direita, direita radical, direita ultraradical. Independente de como muitos intelectuais optem por categorizar, possuem o mesmo objetivo “de aperfeiçoar ainda mais o modelo de exploração e opressão na força de trabalho, além de montar uma espécie de “Internacional Conservadora”, que almeja “avançar em países dirigidos por forças progressistas

e trocar seus governos”, para que os mesmos, se insiram num processo de aprofundamento de subserviência e entrega de fontes de riqueza (Pedro del Castro, 2019).

Embora a interpretação da conjuntura latina americana, de sua historicidade - composta de países que se desenvolveram tardiamente dentro do modal capitalista, na semiperiferia do sul global, inseridos numa lógica de subserviência ao imperialismo estadunidense, em particular o Brasil, com uma raiz escravocrata, histórico de ditaduras, golpes, sistema educacional não emancipatório, permeado por inúmeras violências estatais e institucionais - não seja suficiente à elaboração de respostas objetivas, por meio desta pesquisa se pode realizar alguns apontamentos.

O ascenso da irracionalidade, do ódio, das violações aos direitos humanos, dos atentados à democracia - que embora burguesa, com todas limitações e problemáticas, composta de condições de desigualdade, ainda permite que as ideias e os espaços políticos sejam disputados minimamente - acrescidos da manipulação das informações públicas, das sucessivas tentativas de destruição da memória do povo brasileira, da desorganização das bases, decorrem de um longo cenário de crises, que em um efeito looping, são responsáveis por produzirem novas crises e reproduzirem as velhas.

Desde a derrocada do fascismo histórico, outros contextos foram acometidos pelos mesmos germes ideológicos e discursivos, que deram origem a um desenho fascista reconfigurado em face do contexto contemporâneo de crise imperialista. E ainda que com nuances diferentes, finalidades similares. Mesmo que, enquanto regime, o fascismo não tenha ascendido no Brasil, isso não significa que parte dos remanescentes ideológicos deixados pelos movimentos que intentaram ambiciosos propósitos nesse sentido, não conseguiram penetrar dentro das estruturas, institucionalizar-se, e dar continuidade à política de violência e extermínio das ideias, corpos, subjetividades, e identidades, em uma postura contra toda e qualquer pluralidade. As ditaduras, em particular a brasileira, demonstra como o fascismo se organiza nos países do cone sul.

Diante desse gigante cenário, os governos, partidos, e movimentos sociais mais progressistas e democráticos, submetidos e subjugados à lógica hegemônica do capital, encontram-se em um processo de desarticulação, em que se veem incapazes de criar as condições propícias ao combate do avanço das forças extremistas, sejam elas de cunho neofascistas ou não. De um lado, setores progressistas que assumiram governos - ainda que reconheçamos a importância - lidam com ameaças de golpes, derrotas no âmbito do parlamento de propostas mais favoráveis à população e manifestações de rua da direita que indicam limites institucionais relevantes.

De outro, os movimentos e partidos políticos à esquerda encontram dificuldades em mobilizar suas bases e, por razões que vão desde fragilidades políticas assentadas na construção democrática, como é o caso do Brasil, até as condições concretas de vida em função da austeridade, que recua mobilizações mais ofensivas.

Não existe uma única causa pela conjuntura de ascensão bolsonarista no Brasil, mas sim um conjunto delas, que desde os remanescentes do marco do integralismo, da ditadura empresarial militar, assim como do golpe de 2016, seguiram adubando o território ao ascenso do bolsonarismo. Ainda que tenha havido a derrota do governo Bolsonaro nas urnas, o movimento que carrega seu nome continuou muito bem articulado, ainda assombrando e tecendo desafios à democracia. Após a posse do governo Lula no início de 2023, a esquerda passou a esbarrar em discursos contrários à movimentação das bases na direção de suas pautas, produzidos pelo próprio governo vigente, que percebe nessa conduta a necessidade estratégica de impedir a ascensão do fascismo no panorama brasileiro. Menciona-se aqui o perigo desse tipo de estratégia que incita a desorganização das massas em um cenário que grita pelo caminho oposto, como o único viável ao combate da quarta onda que faz ascender os movimentos de extrema-direita.

Diante de governos que querem barrar a movimentação popular, crescem as possibilidades das direitas extremistas angariar forças para ocupar os espaços políticos e imporem seus retrógrados projetos. Cabe lembrar que o medo que ainda tem rondado a sociedade em relação a organização das bases, também esteve entre os fatores responsáveis pelo ascenso do ódio enquanto política. Essas forças estão convenientemente avançando na direção da implementação do projeto exponencialmente radical do liberalismo, em sua fase ultraneoliberal. Em razão disso aponta-se “a vitória do neoliberalismo em escala mundial” que está simbolizada pela “instalação do mercado como princípio organizador da economia planetária” permitindo o funcionamento do capitalismo “como uma força livre, irrestrita e universal, que molda todas as sociedades a sua imagem e semelhança” (Anderson, 1995, p. 42). Todavia, enquanto existir capitalismo, existirão violências em todas as suas formas de expressão, formas de fascismo ou a iminência dele.

Desde sua gênese, o sistema capitalista,

sobretudo nos períodos de crise, produz e reproduz fenômenos como o fascismo, o racismo, os golpes de Estado e as ditaduras militares. A raiz desses fenômenos é sistêmica e a alternativa tem de ser radical, isto é, antissistêmica. Em vários países da América Latina está colocada a discussão sobre uma alternativa anti-imperialista e anticapitalista: o socialismo do século XXI. Isto é um socialismo que supera os limites dos movimentos socialistas do século passado — o compromisso social-de mocrata com o sistema e a degeneração burocrática do chamado “socialismo real” —, mas recupera as bandeiras revolucionárias latino-americanas, de Simón Bolívar a Ernesto

Che Guevara, de José Martí a Farabundo Martí, de Emiliano Zapata a Augusto César Sandino, de Zumbi dos Palmares a Chico Mendes (Lowy, 2015, p.663).

Portanto, o que está em risco na contemporaneidade, em face do ascenso da extrema direita, é a perda coletiva de crença no futuro, em que vigore a possibilidade de lutar por uma ordem social livre da dominação, exploração de classe, etnia, gênero; fundamentada na igualdade, na justiça, na liberdade, que em razão de, e para a consecução disto, esteja articulada na direção da satisfação das legítimas necessidades da classe trabalhadora, e não do capital.

Ao passo que avançam medidas a partir de um caráter antidemocrático, ascendem na contraposição da direção social estratégica defendida pelo Serviço Social²¹ - possibilitado em razão da dinâmica de democratização instaurada no movimento da sociedade civil a partir dos anos 1980. Nesse sentido, o desafio que está posto não direciona-se a uma profissão, ou de um segmento da sociedade, nem vai se resolver no plano estritamente teórico. Na atualidade, a crítica radical e contundente do que se coloca diante de nós torna-se algo emergencial e necessário. No entanto, é preciso transgredir os muros do puro pensamento e ser capaz de situar as possibilidades para a ação política revolucionária (Sousa, 2004, p.203).

As democracias do globo em *lato sensu*, e em especial a brasileira, se encontram em um processo de consolidação que comporta uma pluralidade infinita de ideias. Todavia, o ascenso da direita Bolsonaroista demonstrou que existe uma disputa acirrada no contexto político, em que as ideologias antidemocráticas que tanto visam a eliminação dessa pluralidade, das ideias opositoras, bem como a destruição total de seus “oponentes” partidários, mostram-se vitoriosas.

Outra observação que gostaria de destacar é que, no Brasil, no último período, depositamos no judiciário uma grande credibilidade, como se ele fosse capaz de solucionar a crise política de cunho fascista, e isso se assenta desde a nossa formação sócio histórica, em que se deposita uma credibilidade exacerbada na institucionalidade. No entanto, o fascismo não se combate prioritariamente e exclusivamente na institucionalidade. Sua derrota precisa de massa, uma massa racionalmente organizada (Fontes, 2021).

As estratégias para enfrentar o intento fascista, devem partir de um esforço coordenado entre as forças progressistas internacionais, especialmente no contexto latinoamericano. É preciso destacar que, a derrocada do governo bolsonarista, não simbolizou o fim do projeto internacional conservador que visa expropriar a riqueza dos países semiperiféricos, e o ascenso de Javier Milei na Argentina, bem representa a continuidade desse intento. Portanto, não deve

²¹ Chamo atenção disso, pois sendo uma Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social é importante apreender que o Projeto-Ético Político Profissional também sofrerá impactos dessa conjuntura, o que destaca a importância desse tema para melhor apropriação da realidade.

haver tempo para desmobilização da sociedade civil, mas para construção de uma frente unida contra o extremismo, e que esteja inclinada a radicalizar a luta dentro das possibilidades.

A superação do processo de ascensão da irracionalidade, reacionariedade, autoritarismo, e da expropriação e exploração da vida em todas as suas nuances, se apresenta como uma árdua tarefa a todos os setores que apostam na construção de uma sociedade, cuja a emancipação humana, nos termos de Marx, seja a direção. Portanto, no sentido estratégico, importa o resgate da memória histórica - para que o passado não se repita com novos autores diante de nós -, importa investir na formação política da juventude, especialmente nas periferias; importa a construção de um programa de esquerda que faça sentido para a população, na disputa sem concessões à direita. Embora não existam garantias, só a luta muda a vida.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo(orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, G. I. F. A trajetória da extrema-direita no Brasil: integralismo, neonazismo e revisionismo histórico (1930-2012). In: **Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: Revoluções nas Américas: Passado, Presente e Futuro**, 5, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 172p.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. ASCENSÃO E CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 163-63, 21 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198055272129>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRrYS4mD/#>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. O estímulo do governo Michel Temer à financeirização da pobreza. **Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 53, n. 2, p. 399-436, 1 jul. 2022. Portal de Periodicos da UFC. <http://dx.doi.org/10.36517/rcs.53.2.a05>. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-6527-0958>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- BISILLIAT, Maureen; MELO NETO, João Cabral de. O cão sem plumas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOITO JR.,A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. Crítica marxista. Campinas, SP : UNICAMP/IFCH, 2020.. no. 50 (2020), p. 111-119. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1663664>. Acesso em: 01 ago. 2024
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: A ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2019.
- CASTRO, Pedro del (org.). **Ultraliberalismo, fase superior do neoliberalismo**. 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/02/07/ultraliberalismo-fase-superior-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 01 maio 2024.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. Crise do capital e ultraneoliberalismo: a capitalização da Previdência Social no Brasil. In: “O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro / Juliana Fiuza Cislighi, Felipe Demier. – Rio de Janeiro : Consequência, 2019.
- CÔRTEZ, Thaís Lopes. A POTENCIAÇÃO DA EXPROPRIAÇÃO NO ULTRANEOLIBERALISMO BRASILEIRO □. Periódicos Uff, Rio de Janeiro, p. 1-24, maio

2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivre/article/view/48249/29387>. Acesso em: 01 ago. 2024.

COMPARATO, Fábio Konder. O regime empresarial-militar brasileiro (1964-1985). 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-regime-empresarial-militar-brasileiro-1964-1985/>. Acesso em: 09 abr. 2024.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Enciclopédia do Integralismo : o dogma do sigma / Rodrigo Christofoletti. – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.

CRUZ, Sebastião Velasco. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André (orgs). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DIBAI, Pricilla Cabral. A DIREITA RADICAL NO BRASIL PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO: O CASO DE JAIR BOLSONARO. 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28473/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Priscilla_Dibai_final.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. EUA: o neofascismo perde seu farol. Outras Palavras, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/eua-o-neofascismo-perde-seu-farol/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FINCHELSTEIN, Federico. Do fascismo ao populismo na história. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. 351 p.

FONTES, Virgínia. O profascismo: arranjo institucional e policialização da existência. *Marxismo 21*, 8 dez. 2019. (Dossiê: O governo Bolsonaro e Perspectivas de esquerda). Disponível em: <https://marxismo21.org/o-governo-bolsonaro-e-perspectivas-de-esquerda/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOGGIOLA, Osvaldo. Entre fascismo e bonapartismo: as bases do regime político brasileiro. *. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2021/10/O-Coggiola-Brasil-Hoje-1.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONÇALVES, L. P. Plínio Salgado: Um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

GUIMARÃES, K. C.; PEREIRA, M. C. Neoliberalismo e fascismo: o paradigma perverso do bolsonarismo, *Revista Eletrônica de Interações Sociais*, v. 4, n. 1, p. 30-47, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/11813>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SOCIOECONÔMICOS, Instituto de Estudos (ed.). **Balanco do Orçamento Geral da União: depois do desmonte**. Brasília: Inesc, 2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 652-664, 2015. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>

MANDEL, Ernest. *Sobre o Fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.

MARTINS, Carlos Eduardo. O ressurgimento do fascismo no mundo contemporâneo: história, conceito e prospectiva. **Intellectus**, [Sem Local], v. 2, n. , p. 5-25, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/71657/44534>. Acesso em: 14 maio 2024.

MARTINS, E. T. da C. **O avanço do neoconservadorismo e a extrema-direita no Brasil: Uma análise a partir da Campanha Eleitoral de 2018 ao Governo Bolsonaro**. 2022. 61f.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA (org.). **1932 7 de outubro, Ação Integralista lança manifesto**. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/fascistas-lancam-a-acao-integralista-brasileirafaze>. Acesso em: 08 maio 2024.

MUDDE, C. **A extrema-direita hoje**. Traduzido por Thiago Dias da Silva. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. O GOLPE DE 2016: BREVE ENSAIO DE HISTÓRIA IMEDIATA SOBRE DEMOCRACIA E AUTORITARISMO. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 7, p. 191-231, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/download>. Acesso em: 01 jul. 2024.

TRICONTINENTAL. *Novas Roupas, velhos fios, a perigosa ofensiva das Direitas na America Latina*. [S.L]: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 09 maio 2024. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/12/20211203_Dossier-47_PT_Web.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007

PEREIRA, C. de A.; GOMES, C. G. C. A extrema-direita adiciona o neoliberalismo: O papel das mídias sociais no atual cenário político. **Cadernos de Relações Internacionais**, v. 2, p. 4-24, 2019. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.cadri.45949>

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. A atualidade da classificação político-ideológica: esquerda e direita. **Argumentum**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 69-83, 30 abr. 2019. Universidade Federal do Espírito Santo. <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v11i1.19682>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8946174>. Acesso em: 05 maio 2024.

PINTO, António Costa. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Editora Estampa, 1994.

POULANTZAS, Nico. *Fascismo e Ditadura*. Porto: Portucalense, 1972. 287 p.

REIS CRUZ, Natalia., (2012), "História, memória e poder. a Ação Integralista Brasileira e a reconstrução mistificada do passado e do presente." *História Unisinos*, Vol. 16, núm.2, pp.181-192: . Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866795002> Acesso em: 12 de Agosto de 2024.

RIBEIRO, R. J. Extrema-direita avança com ódio aos direitos humanos, diz filósofo: depoimento. Entrevista concedida a Roldão Arruda. *Estadão*. 2015. Disponível em: . Acesso em: 25 jun. 2024.

ROIO, Marcos del. Gramsci e Togliatti diante do fascismo. **Crítica Marxista**, [Sem Local], p. 95-101, 20 mar. 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_08_44.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

ROUANET , Sérgio Paulo , *As razões do iluminismo*. — São Paulo : Companhia das Letras , 1987.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso de defesa no Senado, 2016. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso> . Acesso 22jun.2017.

SAFATLE, Vladimir. “Bem-vindo ao estado suicidário”. *pandemia crítica*, 004, n-1 edições, 2020. Disponível em: n-1edicoes.org/004. Acessado em: 23/04/2024.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serviço Social & Sociedade*, [S.L.], n. 104, p. 605-631, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282010000400002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JjjhnQzh9FGx9q3t7WsT35g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2024.

SECCO, Lincoln. O bolsonarismo no Brasil. **Relações Internacionais**, [S.L.], n. 73, p. 41-52, mar. 2022. Instituto Portugues de Relacoes Internacionais, Universidade Nova de Lisboa. <http://dx.doi.org/10.23906/ri2022.73a04>. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art04_LS.pdf. Acesso em: 21 maio 2024.

SENADO FEDERAL. Veja os principais documentos do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SILVA, Adriana Brito da; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316005194_A_extrema-direita_na_atualidade. Acesso em: 23 jul. 2024.

SINGER, André; DUNKER, Christian; ARAÚJO, Cicero; LOUREIRO, Felipe; CARVALHO, Laura; PAULANI, Leda; BRAGA, Ruy e SAFATLE, Vladimir. “Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira”. *Folha de São Paulo*, 09 de junho, 2020.

Disponível em: www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-queassistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml. Acessado em: 09/06/2020.

SOLANO, E. **Crise da democracia e extremismos de direita**. 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SÃO PAULO. Desirée Azevedo. Governo do Estado de São Paulo (org.). **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) Voltar**. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade-tfp/>. Acesso em: 08 maio 2024.

TRINDADE, Hélió. Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo, UFRGS/DIFEL, 1974.

VIANA, Nildo. O QUE É FASCISMO? Enfrentamento, Goiânia, v. 26, n. 15, p. 10-34, ago. 2020. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/renf/article/view/500>. Acesso em: 13 jul. 2024.